



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

MARIA ALICE RIBEIRO LINS ANDRADE

**PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E À REVITIMIZAÇÃO EM CASAS
DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

SEROPÉDICA
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

MARIA ALICE RIBEIRO LINS ANDRADE

**PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA E A REVITIMIZAÇÃO EM CASAS
DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção do
diploma do curso de Psicologia na UFRRJ.

Orientador (a): Ana Cláudia de Azevedo Peixoto

SEROPÉDICA

2020

MARIA ALICE LINS RIBEIRO ANDRADE

**PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA E A REVITIMIZAÇÃO EM CASAS
DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do diploma do curso de Psicologia
na UFRRJ.

Aprovada em: _____ de _____ de 2020.

Banca examinadora:

Profª Drª Ana Cláudia de Azevedo Peixoto
UFRRJ

Mestre Gabriela de Araújo Braz
UFRRJ

Sandra Duarte Antão
UFRRJ

Seropédica
2020

Dedico à Deus e à todas as forças do bem e da natureza.
À minha família de sangue e de coração que me apoiou até aqui

Agradecimentos

Não posso fugir do clichê de agradecer primeiramente a Deus e toda proteção espiritual que me acompanha. Sem esse suporte eu não chegaria até aqui.

Agradeço a minha mãe Olga Ribeiro por toda dedicação e apoio na graduação, por sempre acreditar em mim e no meu trabalho e nunca ter me deixado desistir, sem você nada disso seria possível. Agradeço ao meu pai Ivan Andrade Jr. pelo apoio e investimento no meu futuro e por sempre frisar que o papel mais importante que uma mulher pode ganhar é o de formatura.

Agradeço ao meu padrasto João Carlos Souza pelo apoio desde o primeiro dia da faculdade e por ser uma das pessoas mais bondosas e caridosas que já conheci.

Agradeço aos meus irmãos Beatriz Andrade e Rafael Andrade por sempre estarem lá quando eu precisei. Por me ensinarem diariamente, sobretudo com o exemplo. Eu admiro muito vocês.

Agradeço ao meu querido amigo e dupla Alex Henrique que esteve comigo desde meu primeiro dia na Rural e sempre me fez acreditar que era possível. Obrigada por estar comigo nos momentos mais felizes e mais difíceis. A minha família ruralina Bruno Neves, Elenir Nascimento, Gabriela Moreira, Karolainy de Cássia, Rebeca Fernandes, Rosiany Vieira, Thaís Mota e Thairiny Trindade, minha eterna gratidão, o destino nos uniu e me sinto honrada de ter compartilhado esta fase tão importante da vida com vocês, sempre vou ter um pedacinho de vocês comigo. Agradeço aos bons amigos que também fizeram desta fase muito especial, Carol Curty, Emily Freitas, Natália Ramos, Nathalia Afonso e Lucas Braz já estou sentindo saudades

Agradeço ao meu noivo Misael Alves, sou grata por além de tudo você ser meu melhor amigo. E por todos os momentos que nem cabem neste papel. Agradeço a minha amiga de infância e vida toda Gabriella Vilas Boas, você sempre me apoiou e deu suporte. Sua torcida por mim sempre me deu energia para continuar.

Agradeço a minha professora preferida, orientadora e supervisora Dr^a Ana Cláudia Peixoto. Uma pessoa inspiradora e acolhedora, sempre dedicada a formar profissionais humanizados. Serei eternamente grata por tudo o que me ensinou. Ao LEVICA, que equipe incrível, vocês me ensinaram muito. A Associação Vida Plena por ter possibilitado experiências incríveis, especialmente ao Mauro, por todo carinho que sempre nos recebeu.

Agradeço também a Gabriela Braz e Sandra por aceitarem com tanto carinho o convite para compor a banca, além de sempre terem sido modelos positivos para mim.

Cortes cicatrizam, registram suas dores
Também as tenho, isso não as faz menores
Fazem delas nossas, se duvide, olhe
Seu olhar me fala e ao falar, acolhe
Dai-nos esperança (esperança, dai-nos esperança)
[...]
Um caminho simples de fé pras crianças
Paz! Pras crianças, pais
E, pra salvação, trabalho pra mudança (sempre)
(Sant:Ponto de força).

RESUMO

ANDRADE, MARIA ALICE RIBEIRO LINS. Prevenção a violência e a revitimização em Casas de Acolhimento Institucional, 2020, Resumo do Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia, Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O acolhimento institucional infantojuvenil é uma medida de proteção aplicada em situações de vulnerabilidade e violência contra crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente indica que esta medida seja de curto prazo, porém a permanência pode ocorrer por um longo período. Através de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), o presente trabalho investiga a prevenção à violência em casas de acolhimento, assim como programas e políticas protetivas que visem tornar o lar temporário num ambiente seguro e propício ao desenvolvimento saudável. A metodologia do estudo se deu através da Revisão Integrativa da literatura, realizada no segundo semestre de 2020, com pesquisas nas bases de dados SCIELO, PEPSIC E BVS. Inicialmente, foram encontrados 236 textos e selecionadas, ao fim, 24 referências restaram para análise. Os artigos encontrados discutiam as condições de acolhimento, as relações construídas pelas crianças durante o acolhimento, a capacitação dos profissionais responsáveis pelo cuidado diário dentro das instituições, os efeitos da medida institucionalizante no desenvolvimento infantil, violências e exclusões sofridas por crianças inseridas neste meio e programa de capacitação dos educadores. Em nenhuma das bibliografias encontradas utilizou-se o termo *prevenção à violência*, exceto em um dos artigos que aborda um programa que possuía princípios alinhados com a prevenção. Conjectura-se que os resultados do trabalho possam contribuir para o campo da prevenção a violência, pois aponta a necessidade de trabalhos voltados à proteção integral das crianças acolhidas, como sugestão a aplicação do programa *ACT-raising safe kids* para o enfrentamento da violência e construção de um ambiente seguro para todas as crianças e adolescentes acolhidos.

Palavras-chave: PREVENÇÃO; CASA DE ACOLHIMENTO; VIOLÊNCIA; CRIANÇAS; ADOLESCENTES.

ABSTRACT

ANDRADE, MARIA ALICE RIBEIRO LINS. Prevenção a violência e a revitimização em Casas de Acolhimento Institucional, 2020, Resumo do Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia, Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Institutional foster care for children and adolescents is a protective measure applied in situations of vulnerability and violence against children and adolescents. The Statute of the Child and Adolescent indicates that this measure is short-term, but permanence may occur for a long period. Through an Integrative Literature Review (RIL), this work investigates the prevention of violence in foster homes, as well as protective programs and policies aimed at making the temporary home a safe and conducive environment for healthy development. The study methodology was carried out through RIL in the second half of 2020, with research in the SCIELO, PEPSIC and VHL databases. Initially, 236 texts were found and, at the end, 24 references were selected for analysis.

The articles found discussed the reception conditions, the relationships built by the children during the reception, the qualification of the professionals responsible for the daily care within the institutions, the effects of the institutionalizing measure on the child development, violence and exclusions suffered by children inserted in this environment and the program of qualification of the educators. In none of the bibliographies found was the term violence prevention used, except in one of the articles that addresses a program that had principles aligned with. The results of the work can contribute to the field of violence prevention, since it points out the need for work aimed at the integral protection of sheltered children, as a suggestion the application of the ACT-raising safe kids program to confront violence and build a safe environment for all sheltered children and adolescents.

Keywords: PREVENTION; FOSTER HOMES; VIOLENCE; CHILDREN; TEENAGER

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. JUSTIFICATIVA.....	12
3. OBJETIVOS.....	15
3.1 Objetivos gerais	
3.2 Objetivos específicos	
4. REFERENCIAL TEÓRICO	16
4.1. Violências e maus tratos contra criança e adolescente	16
4.2. Casas de Acolhimento Institucional.....	20
4.3. Relações entre o cuidador e a criança acolhida	24
4.4. Programa educativo aplicado em casa de acolhimento.....	28
4.5. Programa ACT para educar crianças em ambientes seguros: referência em prevenção à violência	29
5. MÉTODO	32
6. RESULTADOS	36
7. DISCUSSÃO.....	45
7.1. Políticas Pública.....	45
7.2. Preconceitos e violências sofridas por crianças institucionalizadas:	48
7.3. Capacitação dos cuidados	50
7.4. Programa de Práticas Educativas para cuidadores	53
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
9. REFERÊNCIAS:	58

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE	18
FIGURA 2: FLUXOGRAMA DA BUSCA.....	34
FIGURA 3: GRÁFICO DE PUBLICAÇÕES POR ANO.....	40

1. INTRODUÇÃO

A análise proposta com a produção deste trabalho visa uma revisão da literatura sobre a prevenção à violência quando a criança já se encontra institucionalizada. Será analisado o histórico do acolhimento infantil e juvenil no Brasil, direitos conquistados, violência contra criança e adolescente, prevenção a violência, a relação das crianças e cuidadores e também sobre a qualificação dos profissionais responsáveis pelo cuidado das crianças e adolescentes institucionalizados.

Há, na literatura, artigos que discutem as consequências da violência contra crianças e adolescentes em seu desenvolvimento pleno. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2018) define a violência contra crianças como o uso intencional de força física ou poder, real ou em ameaça que possivelmente resulte em lesão, morte, dano psicológico e deficiência de desenvolvimento. As consequências, portanto, vão além de morte ou lesão e incluem: doenças transmissíveis ou não transmissíveis, danos psicológicos, comportamento de risco, deficiência de desempenho educacional ou ocupacional e até envolvimento em crimes.

O artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) garante que nenhuma criança será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2019). O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é uma forma de proteção quando essas se encontram em situações nas quais os seus direitos não estão garantidos. O Estatuto da Criança e do Adolescente indica que esta deve ser uma medida de curto prazo de modo que a criança ou adolescente não passe mais de 18 meses institucionalizado. Porém, a permanência perpassa diversos fatores, podendo ocorrer em muitos casos uma institucionalização em um longo período de tempo.

Magalhães e Cavalcante (2011) discutem em seu estudo sobre o papel dos funcionários encarregados de cuidados diários das crianças e adolescentes que residem em instituições de acolhimento. O termo *educador de abrigose* refere aos profissionais responsáveis por uma forma específica de cuidado substituto, o acolhimento institucional, que atende crianças privadas do cuidado parental ou que mantém vínculos frágeis com seus pais e/ou responsáveis (MAGALHÃES; CAVALCANTE, 2011).

Alguns fatores relacionados ao processo de institucionalização, as relações que se constroem e a própria convivência em casa de acolhimento foram observados durante

o estágio específico, realizado na Associação Vida Plena de Mesquita, (localizada em Mesquita, município da Baixada Fluminense, RJ). O objetivo do estágio, coordenado pelo LEVICA (Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes) visou oferecer, dentre outras ações, atendimento psicológico individual a crianças e adolescentes vítimas de violências. Os pacientes podiam residir na comunidade ou em instituições de acolhimento, como destacado no trecho abaixo:

[...] O Laboratório de Estudos sobre Violência contra crianças e Adolescentes (LEVICA), do departamento de Estudos sobre Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ), tem coordenado estudos e trabalhos de prevenção e intervenção na área de violência infantojuvenil. Dentre os objetivos do programa, estão: organizar campanhas e ações preventivas contra todos os tipos de violência que afetam crianças e ações preventivas contra todos os tipos de violência que afetam crianças e adolescentes; propiciar atendimento psicológico individual e/ou em grupo para crianças e adolescentes vítimas de violência, na abordagem clínico social em Terapia Cognitivo-Comportamental e terapia do Esquema; organizar e oferecer o programa ACT (Rase Safe KidsProgram) – como educar crianças em ambientes seguros aos familiares e responsáveis dos usuários do programa; encaminhar para o conselho tutelar e outros órgãos necessários os casos que sejam necessários uma investigação; elaborar laudos, relatórios e parecer quando necessário e/ou solicitado pelos órgãos competentes; participar as audiências concentradas nos casos de usuários acolhidos institucionalmente. (PEIXOTO *et al*, 2020, p. 201, 202)

As supervisões, ocorridas regularmente, possibilitaram a compreensão de como aspectos relacionados à convivência no acolhimento institucional permearam diversos atendimentos e questões nos pacientes de outros estagiários. Dessas observações e reflexões, acerca do desenvolvimento infantojuvenil no contexto de institucionalização, surgem as questões que nortearam esta pesquisa, a saber, se existem trabalhos de prevenção à violência, quais são e quais são realizados em Casas de Acolhimento. Pergunta-se, igualmente, como construir um ambiente que propicie um desenvolvimento saudável de aspectos importantes para a estruturação da personalidade e como manter a criança institucionalizada integrada à sociedade, permitindo construção de vínculos e uma rede de apoio segura. Por fim, busca-se como construir uma rede de apoio de referência na casa de acolhimento.

Durante o desenvolvimento do estágio no LEVICA, acompanhei terapeuticamente uma adolescente residente de uma casa de acolhimento institucional. Uma carta escrita por ela, para mim, sua psicoterapeuta na época, revelou os conflitos

com a equipe técnica da casa de acolhimento e como motivaram sua evasão da instituição. Em outra ocasião, antes da evasão da paciente, durante uma reunião com uma técnica do abrigo, pude compreender a dificuldade que elas poderiam ter em relação ao manejo da convivência com as adolescentes institucionalizadas. De acordo com a técnica, muitas vezes elas não sabiam lidar com alguns conflitos que surgiam na casa de acolhimento. O que dificultava é que “não havia muito o que tirar”[sic], se referindo ao castigo. Desde então, surgiram-me alguns questionamentos como: as trajetórias das acolhidas são marcadas por rupturas, com sua família, casa, comunidade e já não há mais o que “tirar”, o que poderia ser dado para a resolução de conflitos? Além disso, o que poderia ser fornecido às técnicas para conseguirem lidar com situações (que também trazem sofrimentos para elas)?

A relação estabelecida com os monitores desempenha papel central na vida das crianças e dos adolescentes abrigados, à medida que serão estes adultos que assumirão o papel de orientá-los e protegê-los, constituindo, neste momento, os seus modelos identificatórios. [...] Estudos apontam para a importância de cursos de formação, oficinas de reciclagem, ou mesmo um espaço de trocas destinado a estes profissionais, visto que a satisfação profissional está diretamente relacionada à qualidade de seu trabalho na instituição (Bazon&Biasoli-Alves, 2000). Estas autoras consideraram os monitores como educadores, e desta forma, apontaram a necessidade de que sejam guiados em suas ações cotidianas de modo a compreender o impacto que seus gestos podem ter, a fim de darem um sentido às suas ações rotineiras. (SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006, p. 77)

Busco, então, a compreensão sobre os diversos aspectos que permeiam a temática do acolhimento institucional infantojuvenil. E, a partir disso, tento encontrar as possibilidades de prevenção de futuras violências às crianças e adolescentes em contexto de institucionalização, de modo que não se perpetue um ciclo iniciado anteriormente por situações de privação de direitos, levando em conta que já existiu uma ruptura com os principais vínculos e desorganização do microsistema. Este termo é utilizado por Urie Bronfenbrenner na Teoria Ecológica (BRONFENBRENNER, 2012) desenvolvida por ele para descrever o sistema que representa a família e influências mais próximas no desenvolvimento do sujeito nos casos de acolhimento.

2. JUSTIFICATIVA

O artigo 70 descrito no ECA (Brasil, 1990) postula que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. Além disso, o ECA descreve o conceito de proteção integral levando em conta que as crianças e adolescentes são sujeitos de direito em condição peculiar de desenvolvimento. Sendo assim, é responsabilidade da família, sociedade e estado assegurar que elas fiquem a salvo de toda e qualquer forma de discriminação, exploração e violência.

O ECA é considerado um marco na garantia de direitos infatojuvenis, ele é formado por um conjunto de leis e embasou a construção de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes (BRASIL, 2019) como proteção e combate a violências e com a criação de instrumentos para atender as vítimas de violência. O art. 88, que diz respeito às diretrizes da política de atendimento, teve a inclusão (Lei nº 13.257, de 2016) do inciso X, que incentiva a “realização e divulgação de pesquisas sobre desenvolvimento infantil e sobre prevenção da violência” (BRASIL, 2019):

Como as crianças estão em situação de acolhimento e apartadas de seus responsáveis, o acolhimento deve não somente atender às necessidades físicas, mas também abranger todos os outros aspectos necessários à construção humana, especialmente os psicológicos, já que as crianças tendem a repetir nas relações institucionais suas vivências anteriores de abandono (MARQUES; CANO, & VENDRUSCOLO, 2007 APUD TRIVELLATO; CARVALHO; VECTORE, 2013)

Trivellato, Carvalho e Vettore (2013) reportam a complexidade das instituições de acolhimento e alguns dilemas que enfrentam relacionados a vínculos e suas rupturas, desenvolvimento infantil no espaço institucional e compartilhado, a construção de individualidades e até formação insatisfatória das próprias educadoras para lidar com essas questões. Os autores problematizam a fragilidade dessas instituições que reproduz o abandono que a criança já sofreu anteriormente.

O acolhimento institucional é uma medida protetiva realizada quando a criança se encontra em alguma situação de risco pessoal e social, sendo uma medida prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Gabatz et. al (2018) apontam que no entanto a ruptura dos vínculos com sua família e rede de apoio podem ocasionar também problemas no desenvolvimento físico e emocional e que por isso “é

imprescindível que os profissionais responsáveis pelos cuidados às crianças e adolescentes estejam preparados para oferecer uma assistência humanizada e integral, a fim de favorecer seu desenvolvimento pleno.”:

[...] No entanto, para que os cuidadores consigam desempenhar efetivamente esses cuidados, é necessário oferecer a eles um respaldo psicológico e uma qualificação adequada, sendo estes fundamentais para que consigam lidar com as diversas dificuldades que surgem cotidianamente no âmbito da violência, não se desesperando ou revitimizando a vítima com atos precipitados e inseguros. (GABATZ *et al*, 2018, p.2).

Em relação à criança institucionalizada, Cavalcante e Corrêa (2012) descrevem que o desgaste emocional é intenso e destacam que é semelhante em outros ambientes de cuidado coletivo. Os autores indicam três momentos de mudança que ocorrem em instituições que geram estresse:

[...] 1. o período de adaptação ao meio institucional, que exige a aceitação imediata de hábitos, horários e regras que podem destoar por completo do que até o momento foi vivido em família; 2. as situações nas quais o avançar da idade traz o imperativo da troca de dormitório e, portanto, do convívio com um grupo de parceiros em outra faixa etária e cuidadoras com um perfil diferenciado; 3. os dias que antecedem o seu desligamento do abrigo e posterior retorno à família de origem, a colocação em lar adotivo ou até sua transferência para outra instituição. (CAVALCANTE; CORRÊA, 2012, p. 512)

Observam-se diversos fatores estressantes que podem ter influência sobre as relações e a convivência na casa de acolhimento, como a adaptação ao meio institucional, descrita por Cavalcante e Corrêa (2012). As crianças institucionalizadas se encontram em uma fase importante para o desenvolvimento e, além do estresse de serem afastadas das famílias, ambiente ao qual estão habituadas, passam a receber um cuidado coletivo. Gabatz *et al* (2017) também relacionam o desgaste emocional ao momento de adaptação à instituição, pois a criança precisa aceitar imediatamente hábitos, horários e regras que podem divergir da rotina com que estão acostumadas ou mesmo se adaptar a algo completamente novo.

Os autores apontam ainda que haja uma necessidade maior de constância nos cuidados, levando em conta a individualidade da criança. A possível ruptura com a figura do apego demanda do cuidador substituto a oferta de um contato receptivo e

estável às crianças. O acolhimento tem um caráter protetivo já que a opção por esta medida ocorre quando há situação de vulnerabilidade que afete o bem-estar da criança.

A capacitação das técnicas e educadoras é imprescindível e pode ser feita por um programa de prevenção como o *ACT-Raising Safe Kids* (A sigla ACT significa *Adults and Children Together*, a tradução livre seria: Adultos e Crianças juntos) que aborda aspectos importantes do desenvolvimento humano e na proteção da infância. Silva e Willians (2016) definem o ACT como um programa parental de prevenção universal a violência:

[...] eficaz na prevenção de interações não adaptativas (ou seja, com uso de violência) entre pais e crianças, [...] O programa inclui, além de intervenções sócio-cognitivas (instrução didática, modelagem, *role-playing*), treinamento parental grupal com informações acerca do desenvolvimento da criança, fatores de risco para o desenvolvimento saudável, treino em comunicação e outras habilidades sociais, bem como a resolução de conflitos sem o uso da violência (KNOX *et al.*, 2011 apud SILVA; WILLIANS, 2016, on-line).

O programa desenvolvido pela APA tem como objetivo criar ambientes seguros para o desenvolvimento infantil, estimulando respostas e interações mais adaptativas. É aplicado no Estágio coordenado pelo LEVICA e tem se mostrado eficaz no treinamento parental e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar estudos e publicações a partir de uma Revisão Integrativa da literatura nacional sobre a prevenção da violência em crianças acolhidas institucionalmente.

3.2 Objetivos específicos

- Quantificar e selecionar artigos sobre prevenção a violência em casas de acolhimento institucional e sobre a qualificação dos profissionais responsáveis pelo cuidado das crianças e adolescentes;
- Analisar e relacionar os artigos selecionados e compreender os dados obtidos; observar como os artigos retratam a prevenção da violência no Brasil, sobre os impactos da institucionalização de crianças e adolescentes e políticas públicas voltadas ao acolhimento institucional;
- Estudar sobre o impacto da prevenção à violência no desenvolvimento infantil; relatar os programas de prevenção a violência que se mostraram eficazes e que podem ser aplicados em casas de acolhimento.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. Violências e maus tratos contra criança e adolescente

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2018 pág. 14) define como violência contra crianças e adolescentes toda forma de maus-tratos físicos e/ou emocionais, abuso sexual, abandono ou trato negligente, exploração comercial ou outro tipo, da qual resulte um dano real ou potencial para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança, no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Ainda segundo a OMS, a maior parte dos casos de violências envolve pelo menos um de seis tipos de principais de violência interpessoal que podem ocorrer em diferentes estágios do desenvolvimento de uma criança.

Entre os tipos de violência contra crianças e adolescentes (OMS, 2018 pag. 14), estão: maus-tratos, que inclui castigos violentos como violência física, sexual, psicológica e a negligência por pais, mães, cuidadores e outras figuras de autoridade; violência sexual, descrita como o contato sexual não consensual, efetivado ou não, contra alguém que é incapaz de recusar ou consentir; violência emocional ou psicológica, inclui restrição de movimentos de uma criança, atitudes que a ridiculariza, ameaçam ou intimidam, assim como, a discriminação e o testemunho de violência (quando a criança presencia atos de violência).

Minayo (2001) descreve a violência física como o uso da força física contra a criança e adolescente, ocasionando dor que varia de leve à intensa, com danos de média gravidade até a tentativa ou execução do homicídio. As consequências apontadas como mais frequentes a esse tipo de violência são lesões abdominais, fraturas de membros, mutilações, traumatismo craniano, queimaduras, lesões oculares e auditivas, invalidez, ou até a morte. Além disso, na esfera psicológica pode gerar sentimentos negativos como raiva, ansiedade, medo terror, ódio e hostilidade.

Em relação à violência sexual, Minayo (2001) conceitua que seriam todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual entre um ou mais adultos em crianças e adolescentes, tendo como finalidade estimulá-los ou obter estímulo para si ou outra pessoa. A negligência também é considerada um tipo de violência, ela seria representada como uma omissão em relação às obrigações da família e da sociedade de proverem as necessidades físicas e emocionais de uma criança (MINAYO, 2001). Como

a falta de alimentos, vestimenta, acesso à educação e condições básicas de saúde. Quando tais falhas não são devido às circunstâncias que se encontram os cuidadores, isto é “(...) uma vez que a negligência se define pela omissão no trato dos cuidados e necessidades das crianças, a reconhecida ausência de condições econômicas dessas famílias muitas vezes dificulta o julgamento mais preciso entre prática abusiva e impossibilidade de prover atenção” (MINAYO, 2001).

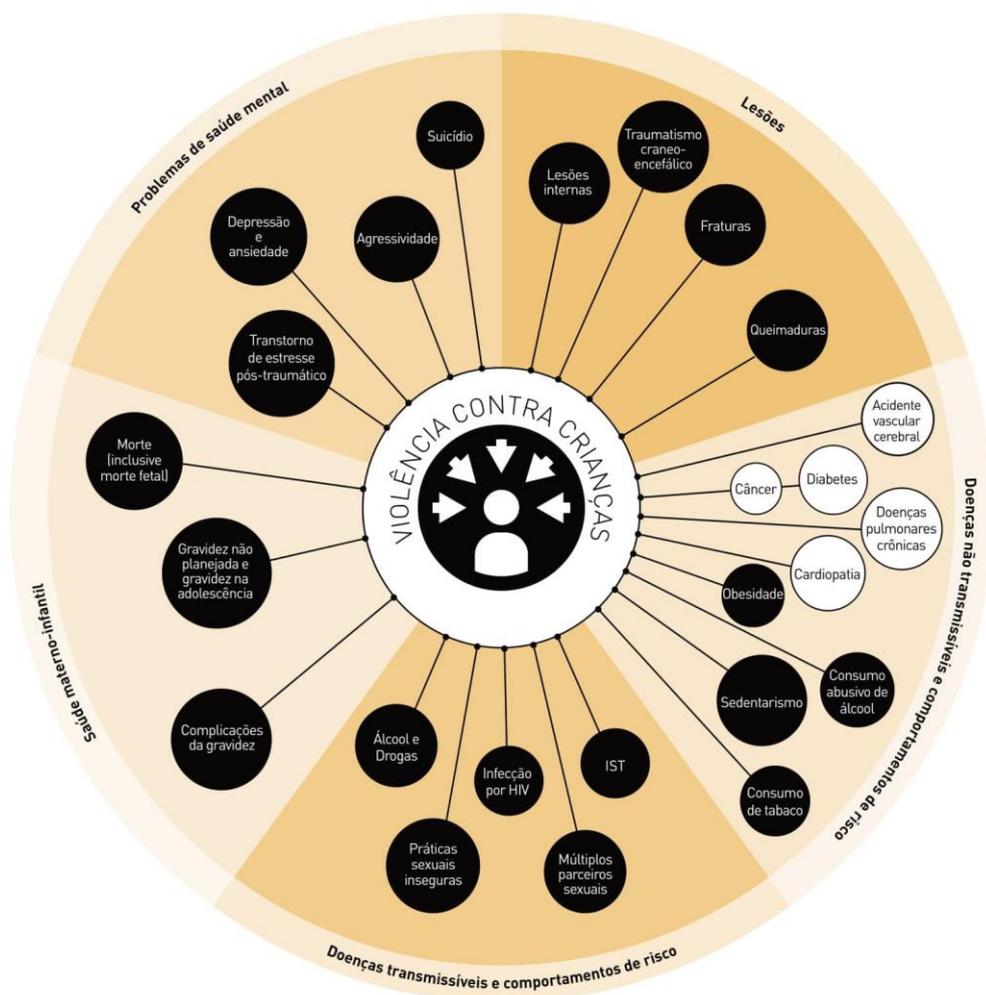
Em relação às consequências da exposição à violência, a OMS (2018, p. 15) traz que a exposição precoce tem o potencial de produzir danos ao sistema nervoso e prejudicar o desenvolvimento cerebral. Outros sistemas possivelmente afetados são os sistemas endócrino, circulatório, músculo esquelético, reprodutivo, respiratório e imune. As consequências dessas exposições podem surgir ao longo da vida toda:

Evidências sólidas mostram que a violência na infância aumenta riscos de lesões, de infecção por HIV e de outras infecções sexualmente transmissíveis, de problemas de saúde mental, de atraso no desenvolvimento cognitivo, de desempenho escolar deficiente e evasão, de gravidez precoce, de problemas de saúde reprodutiva, e de doenças transmissíveis e não transmissíveis. (OMS, 2018 pág. 15).

A imagem 1 apresenta as possíveis consequências apontadas pela OMS (2018):

FIGURA 1: CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE

Figura 1: Possíveis consequências da violência contra crianças para a saúde



Efeito direto



Efeito indireto decorrente da adoção de comportamento de alto risco



Fonte: [1]

Fonte: OMS, 2018, p. 15

Martins e Jorge (2010) associam a atenção e pesquisas na área da violência contra crianças e adolescentes a três fatores: a frequência em que elas ocorrem, o reconhecimento científico das suas consequências para o desenvolvimento das crianças e adolescentes vitimados, e, por fim, as implicações psicológicas nas vítimas e seus familiares que repercute em custos humanos, sociais e econômicos. Segundo eles:

Historicamente, a violência contra crianças sempre esteve vinculada ao processo educativo, constituindo-se um problema histórico-cultural que tem percorrido todas as décadas até o século atual, nas suas diferentes formas de expressão. [...]

Desde os primórdios, a maior parte dos casos de violência contra a criança/adolescente acontece no ambiente familiar, contrapondo o entendimento de proteção que a família deveria exercer (MARTINS; JORGE, 2010, on-line).

As autoras Martins e Jorge (2010) trazem que o século XXI é considerado o “século da criança”, no qual ela passa a ter mais atenção, a família passa a ser responsabilizada por esse sujeito em desenvolvimento e a infância é caracterizada como “período básico e fundamental da existência do homem”. Apesar disso, ainda temos a violência intrafamiliar e contra crianças em níveis altos, se perpetuando ainda nos dias de hoje. Observa-se que:

Estudos na área mostram que a vivência da vitimização doméstica de crianças e de adolescentes é responsável por inúmeros agravos à saúde física e psicológica das vítimas. Muitas seque-las têm sido identificadas, tais como: distúrbio de humor, ansiedade, problemas de sono, dificuldades escolares, distúrbios neurológicos, depressão, perdas significativas e persistentes de qualidade de vida na idade adulta, além da possibilidade de reprodução da violência sofrida. (JUNIOR; BORGES; SANTOS, 2015)

Vieira et. Al (2015) expõem que a violência é todo ato/omissão praticados pelos pais, pessoas que fazem parte do círculo social e instituições que podem causar danos físico, sexual e/ou psicológico ao indivíduo. Consideram, também, que as violências se ampliam com a falta de programas públicos de prevenção, qualificação profissional para o manejo de situações nas quais a violência tenha ocorrido. Ao discutir sobre o enfrentamento, ressaltam:

[...] a importância da intersetorialidade comprometida com a prevenção, o controle e o enfrentamento da violência. Ressalta-se que a atuação de uma equipe que conjugue a experiência de profissionais de distintas áreas favorece atenção diferenciada aos problemas e às necessidades abarcados pelas violências. (VIEIRA *et al*,2015)

Bérgamo e Bazon (2011) realçam que a exposição a maus-tratos na infância possuem um potencial de efeitos negativos na vida adulta, com uma maior vulnerabilidade a estressores que podem influenciar a paternidade e repetição da violência - o que contribui para a transmissão geracional da violência. As autoras se referenciam na Teoria da Aprendizagem Social de Bandura e a do Apego de Bowlby para pensar na aprendizagem do comportamento abusivo como uma “filosofia de disciplina” de modelos de regulação emocional e da internalização de “um modelo parental não-responsivo”

Como foi dito por Peixoto, Gonçalves e Rozario, é através de um olhar cada vez mais atento dos profissionais da saúde e das ciências humanas, que se compreende a necessidade de elaborar propostas de ação voltadas para a prevenção a violência contra crianças e adolescentes. A construção de rede e uma atenção multidisciplinar, que tenha como um enfoque uma atenção integral a criança, pode favorecer um desenvolvimento saudável e prevenção aos efeitos decorrentes de uma violência sofrida.

4.2. Casas de Acolhimento Institucional

A casa de acolhimento institucional, segundo dados levantados por Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), funciona como instrumento da política social, oferecendo a criança assistência quando esta se encontra sem meios necessários a sobrevivência, como, por exemplo, moradia, alimentação, atenção à saúde, bem-estar e segurança. A instituição, também conhecida como abrigo, tem a função de ser uma medida de proteção integral a criança que foi exposta a situações que ofereceram risco à sua integridade física, psicológica e/ou sexual. Configura-se como uma medida de proteção especial à infância vulnerável ao abandono e violência, na qual a criança sofreu ameaças ou violações em qualquer um de seus direitos fundamentais.

Rozario (2016) aponta que a aplicação desta medida específica de proteção deve ser de acordo com os artigos 99 e 100, parágrafo único, do ECA. Esta se baseia em uma série de princípios, tais como:

a) proteção integral e prioritária; b) responsabilidade primária e solidária do Poder Público, nas suas três esferas; c) respeito ao melhor interesse da criança ou adolescente; d) intervenção precoce; e) prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança ou adolescente à sua família ou, não sendo possível, em família substituta; e f) escuta e participação da criança e do adolescente e dos seus responsáveis nos atos e na definição das medidas (BRASIL, 1990 apud ROZARIO, 2016, p. 35)

Rozario (2016) traz dados de que o acolhimento institucional tem caráter provisório, almejando ser um processo transitório para a reintegração familiar ou colocação em família substituta. O ECA determina, então, que a permanência em entidades de acolhimento institucional não deve ser superior a dois anos. A permanência só deve, em tese, passar deste prazo caso comprovada a necessidade que atenta ao superior interesse do bem estar da criança comprovada e fundamentada por autoridade judicial.

Rozario (2016) também trouxe dados de Assis e Farias (2013), nos quais eles dividiram os Serviços de acolhimento institucionais em cinco modalidades: abrigo institucional, casa de passagem/casa transitória, casa-lar na comunidade, casa-lar na aldeia e outras modalidades de acolhimento. Segundo os autores o abrigo institucional mostrava-se mais predominante representando 64,2% dos serviços.

As autoras Cavalcante e Magalhães (2007) problematizam a instituição abrigo trazendo que o contexto histórico traz a intenção política de afastar do olhar público aquilo que o estado não quer expor, o abandono e maus-tratos de crianças. Além disso, as autoras trouxeram que as formulações das políticas de atenção à infância possuem um caráter de invalidez sobre pobres, órfãos e abandonados, o que contribui para a crença que a institucionalização seja reconhecida como a medida mais adequada em situações de risco ao desenvolvimento infantil:

No Brasil, assim como em outros países, a colocação de crianças em instituições de abrigo tem sido considerada uma medida de proteção social legítima, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas que deve ficar restrita a situações excepcionais, quando, por razões diversas, as

condições postas para a convivência familiar forem inadequadas ou mesmo inexistentes. Em outras palavras, a permanência da criança em instituição de abrigo, ainda que de modo provisório, é recomendada somente em situações reconhecidas como de abandono material (precárias condições de moradia, alimentação, higiene e saúde da criança) e/ou abandono moral (processos de socialização sem qualquer forma de orientação e apoio responsivo dos pais e outros familiares). (CALVACANTE MAGALHÃES, 2007, on-line)

As autoras apresentam então, uma informação importante sobre a relação entre proteção e risco na instituição abrigo. Essa relação tem tido um destaque em pesquisas acadêmicas, aparecendo em diferentes áreas de conhecimento. O debate sobre as práticas de acolhimento e a condição psicossocial da criança acolhida estão cada vez mais presentes na literatura.

Siqueira e Dell'Aglio (2006) trazem dados importantes acerca da institucionalização na infância e na adolescência, e sobre essa ser uma realidade entre muitas famílias brasileiras em condições socioeconômicas desfavorecidas. Baseadas no Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e adolescentes (SILVA, 2004 APUD SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006) 20 mil crianças e adolescentes residem em 589 abrigos brasileiros e 87% têm família e 58% mantêm o vínculo com os familiares. Outro dado importante para compor este trabalho é que foi constatado que o tempo de duração da institucionalização pode variar até um período de mais de 10 anos:

Para Carvalho (2002), o ambiente institucional não se constitui no melhor ambiente de desenvolvimento, pois o atendimento padronizado, o alto índice de criança por cuidador, a falta de atividades planejadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetivo são alguns dos aspectos relacionados aos prejuízos que a vivência institucional pode operar no indivíduo. Entretanto, outros estudos apontam as oportunidades oferecidas pelo atendimento em uma instituição, salientando que, em casos de situações ainda mais adversas na família, a instituição pode ser a melhor saída (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006)

Siqueira e Dell'Aglio (2006) discutem a partir da teoria de Bronfenbrenner, segundo a qual o ambiente ecológico é um sistema de estruturas agrupadas, independentes e dinâmicas, onde o microsistema é entendido como o nível mais próximo e imediato como a família ou o abrigo. O mesossistema é o elo entre dois ambientes, como a relação entre família e casa de acolhimento. O abrigo se torna o microsistema central do ambiente ecológico das crianças institucionalizadas e o mesossistema da criança e adolescente abrigado seria a interação do abrigo e da sua

família de origem ou a escola. A influência será positiva se esses vínculos reforçarem o sentido de eficácia pessoal, caso contrário, seu efeito será evidente no comportamento desadaptado (HOPPE, 1998 Apud SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

Como já foi apresentado, acerca das implicações da institucionalização, levando em consideração a história de vida das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, o processo do acolhimento pode ou não ter consequências negativas, a depender das estruturas e relações interpessoais construídas no abrigo. Para um desenvolvimento saudável as autoras trazem três características de interação: a reciprocidade, o equilíbrio de poder e a relação afetiva:

Na medida em que as relações afetivas são positivas e recíprocas no início, sendo cada vez mais positivas, é possível que incrementem o ritmo e a ocorrência dos processos desenvolvimentais. Desta forma, as instituições de abrigo devem considerar o afeto presente nas relações entre seus integrantes, tanto entre as crianças e adolescentes quanto entre estes e seus monitores. A dimensão afetiva é parte inerente das relações humanas, não devendo, portanto, ser excluída enquanto elemento propiciador de desenvolvimento. (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006, on-line).

Em relação às consequências negativas da institucionalização infanto-juvenil, aponta-se que Bowlby, 1973/1998; Goldfarb, 1943, 1945, citados em Grusec&Lytton, 1988 apontaram prejuízos cognitivos como déficits intelectuais principalmente no desenvolvimento da linguagem. Além disso, os autores trazem as dificuldades emocionais e de formação de laços afetivos dessas crianças. Entretanto, é provável que a ausência de estimulação e de oportunidades de brincadeiras, encontradas em instituições pobres da década de 40, e a ausência de estrutura emocional familiar, tenham contribuído para agravar este panorama. (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

As autoras ressaltam a importância das políticas públicas e as práticas sociais positivas partindo do reconhecimento de “aspectos macrossistêmicos”, relacionados ao abrigo institucional. Sendo esses direcionados a toda a população, já que podem ter um impacto positivo nas relações afetivas e desenvolvimento saudáveis dos indivíduos. Elas constataram, então, que as instituições de abrigo fazem parte da rede de apoio de muitas famílias brasileiras, por conta de aspectos como vulnerabilidade das famílias, solucionáveis através de políticas públicas:

Uma vez que a instituição de abrigo é necessária, é preciso que ela seja de pequeno porte, assegure a individualidade de seus integrantes e possua uma estrutura material e de funcionários adequadas. É necessário transformá-la num ambiente de desenvolvimento, capacitando-a e instrumentalizando-a.

[...] Capacitar profissionalmente os cuidadores, para que eles possam aprender sobre desenvolvimento infantil numa visão contextualizada, sobre as práticas educativas, sobre a violência doméstica, sobre as medidas socioeducativas e também para que eles possam compreender as teorias implícitas que permeiam o ambiente institucional. (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2016)

Por fim, é importante frisar como foi dito Siqueira e Dell'Algio que a dimensão afetiva é parte inerente das relações humanas, não devendo, portanto, ser excluída enquanto elemento propiciador de desenvolvimento.

4.3. Relações entre o cuidador e a criança acolhida

A importância do cuidador no desenvolvimento infantil é um tema recorrente na discussão do desenvolvimento infantil. As discussões desse tema têm enfoque nas relações familiares, mas produções recentes dão destaque também as relações de cuidadores de instituições de acolhimento. Nesse tópico, serão discutidas produções sobre a relação cuidador/criança nas casas de acolhimento.

GabatZ et. al (2017) traz um aspecto relevante sobre a interação adulto e criança, é por meio dela que a criança passa a conhecer o mundo a sua volta e socializar-se com os outros. A partir dessa importante relação com sua figura de apego, se desenvolve a personalidade e a forma da criança sentir, pensar e agir. Ou seja, esse papel de figura de apego é central para o desenvolvimento evolutivo dessa criança. Quando ocorre uma privação da convivência familiar, a fim de prevenir riscos pessoais, como a institucionalização, apesar de ser uma medida que é tomada para a sua proteção, pode ocasionar uma fragilidade pela ruptura desses vínculos afetivos.

Estudos apontam que a privação afetiva, a exposição a padrões de cuidado pouco estáveis e impessoais, juntamente com a ruptura de vínculos, podem afetar o desenvolvimento das crianças abrigadas, gerando sintomas físicos (perda de peso, inapetência, insônia, atraso motor) e emocionais (depressão). (GABATZ *et al.*, 2017, p. 7)

Com isso, os autores frisam que é imprescindível que os profissionais responsáveis pelos cuidados às crianças abrigadas estejam preparados para oferecer uma assistência humanizada e integral, a fim de favorecer seu desenvolvimento pleno. (GABATZ *et. al.*, 2017, p. 2). Mas trazem que, para que isso ocorra, é necessário que os

profissionais que desempenham o papel de cuidador tenham um respaldo psicológico e qualificação adequada.

Antes de ocorrer à institucionalização, a criança encontra-se em um ambiente que muitas vezes não possui as condições mais adequadas para o seu desenvolvimento, mas é o ambiente em que ela está habituada e é familiar. Ao ter o rompimento com esse ambiente começa a conviver com um local 'estranho' com outra forma de se viver e regras diferentes o que pode trazer um desgaste emocional intenso no período de adaptação. Por isso, é importante que no cuidado dentro da instituição a criança seja amparada, acolhida e tenha apoio, orientação e bem-estar para desenvolver sua autonomia e independência:

Destaca-se como uma das principais demandas psicológicas das crianças "a necessidade de maior constância nos cuidados, levando a um reconhecimento de sua individualidade".^{19:246} Deste modo, na ruptura com a família biológica, é preciso que o cuidador substituto ofereça um contato receptivo e estável às crianças, visando amenizar os traumas gerados pela privação materna e possibilitar o desenvolvimento do apego[...] Deste modo, destaca-se a importância da vinculação afetiva segura para o desenvolvimento dos seres humanos, pois a qualidade do vínculo e do apego influencia o desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças, futuros adultos, que, se criados em ambientes mais sensíveis, podem transformar-se em cidadãos mais justos e solidários, ao invés de reproduzir a cultura da violência (GABATZ et al, 2017, p. 5,6).

Cavalcante e Corrêa (2012) descrevem o papel do educador de abrigo como o profissional destinado a prover os cuidados diários à criança à acolhida institucionalmente. Pode ser denominado ainda de cuidador ou monitor, esses profissionais assumem a responsabilidade pelos cuidados das crianças, desempenham o papel de adultos com a função de oferecer uma assistência humanizada, integral e cuidados físicos.

Cruz, Dias, Pedroso (2014) buscaram compreender o conhecimento de cuidadoras em casa de acolhimento sobre o desenvolvimento das crianças, utilizando o instrumento *AgessandStagesQuestionnaires* material abrange seis áreas do desenvolvimento como comunicação (linguagem), coordenação motora ampla, coordenação motora fina, resolução de problemas e habilidades de autoajuda. Os autores reconheceram que a presença de cuidadora de referência para criança permite uma avaliação mais criteriosa sobre o desenvolvimento e, para isso, é importante instrumentalizar a equipe para detecção de possíveis problemas.

Siqueira e Dell'Aglio (2010) apontam que o ambiente institucional não se constitui no melhor meio de desenvolvimento das crianças, pois o atendimento padronizado, o alto índice de criança por cuidador, a falta de atividades planejadas, a fragilidade das redes de apoio social e afetiva, além dos possíveis maus-tratos a que as crianças foram expostas antes de seu acolhimento, são fatores que influenciam no seu desenvolvimento e prejudicam a vivência institucional que opera no indivíduo. [...] as mesmas podem desenvolver problemas que afetem o seu pleno desenvolvimento, originando disfunções cognitivas, emocionais, perceptivas ou outras quaisquer. Segundo os autores esses problemas estão geralmente associados a fatores como: separação da família, condições físicas e sociais da instituição, onde a criança se encontra além do próprio cuidado destinado as mesmas. (SIQUEIRA; DEL'AGLIO, 2016 APUD CRUZ; DIAS; PEDROSO, 2014, on-line)

Trivellato, Carvalho, Vectore (2013) procuraram conhecer o processo de acolhimento a partir de relatos das crianças e das educadoras, observaram que a escuta às crianças é de muita importância, pois possibilita a construção de uma narrativa sobre suas vivências. Em contrapartida, foi observado que as educadoras procuram prioritariamente suprir apenas os cuidados básicos. Sendo assim, sugerem uma criação de políticas públicas para a capacitação das profissionais, e também estratégias para resgatar a história de vida das crianças acolhidas.

Um dado que as pesquisadoras obtiveram que pode contribuir para o entendimento do porquê as educadoras se aterem apenas as necessidades básicas é de que as educadoras do estudo tinham experiência com criança, mas não tinham qualificação ou capacitação para aquele trabalho específico com crianças acolhidas. Os critérios que mencionaram de contratação eram apenas gostar de criança e manter em sigilo o que acontecia dentro da casa. Além disso, Trivellato, Carvalho e Vectore (2013) destacam a Lei Nº. 7.644, de dezembro de 1987, que prevê treinamento de educadores e mães sociais em abrigos.

Em relação às educadoras, as pesquisadoras relataram sentimento de tristeza relacionados a pouca valorização do trabalho. Descontentamento em relação à gestão e mencionaram a necessidade em preservar a singularidade da criança, que não era possível nas condições de trabalho. Outro ponto importante abordado pelas autoras é a necessidade de uma equipe multiprofissional para o atendimento e entendimento do processo de acolhimento. Frisaram também a importância dos cursos de graduação em psicologia estarem atentos e abarcarem em sua formação as legislações e políticas públicas relacionadas à infância, além da promoção de debates sobre a prática do psicólogo, visando melhorias na qualidade do atendimento às crianças institucionalizadas. (TRIVELLATO; CARVALHO; VECTORE, 2013):

Conhecer as interações tecidas numa instituição de acolhimento a partir das vivências das crianças e das educadoras mostrou a complexidade e a multiplicidade de variáveis que estão presentes nesse contexto, além de lançar luzes sobre a necessidade contínua de intervenções direcionadas tanto para quem trabalha quanto para quem recebe os cuidados. Para tanto, é importante considerar desde a integração entre a rede de cuidado à infância, muitas vezes desarticulada por diferentes motivos, e os cuidados que deveriam estar focados na qualidade do atendimento às crianças, o qual exige, entre outras coisas, a formação, o acompanhamento do trabalho das educadoras, pois algumas formas de "educar" estão emaranhadamente associadas às suas vivências socioafetivas e educacionais singulares e não podem ser desconsideradas, conforme já afirmaram estudos anteriores (GULASSA, 2010; SOUSA, 2006 apud TRIVELLATO; CARVALHO; VECTORE, 2013, p.x).

Tomás e Vectore (2012), em seu trabalho, reconhecem a importância da capacitação de profissionais que ocupem o espaço. Apesar disso, poucas instituições de acolhimento possuem programas de capacitação desses profissionais. É importante ressaltar que eles são mal remunerados e possuem uma rotina de trabalho com uma alta carga horária. De modo que:

Tal fator leva a uma indesejável rotatividade de funcionários, devido tanto à pesada rotina quanto às características mais sutis que caracterizam o trabalho, como a já mencionada dificuldade de estabelecimento de vínculos e de mediações, o que confirma o descaso de políticas efetivas voltadas para a qualidade do acolhimento institucional. (TOMÁS; VECTORE, 2012, on-line)

As autoras Moré e Sperancetta (2010) frisam a importância da capacitação constante das educadoras. Para isso, é preciso uma política de recursos humanos que possibilite a capacitação, incentivos e valorização destes profissionais:

Afirmando a relevância da consciência social em prol do bem-estar da população atendida, levando em conta que o trabalho institucional traz repercussões diretamente relacionadas ao desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados e deve se constituir, de fato, em contexto de proteção (MORÉ; SPERANCETTA, 2010, on-line).

As autoras Magalhães, Costa e Calvalcante (2011) trazem em seu estudo como o conhecimento em desenvolvimento humano pode auxiliar na construção de políticas e programas voltados para esse público "que sejam mais sensíveis às condições em que esses profissionais realizam o seu trabalho". (MAGALHÃES; COSTA; CAVALCANTE, 2011).

Em relação à capacitação das cuidadoras, as autoras supracitadas concluíram que o investimento em formação e capacitação dos profissionais pode fazer a diferença nos cuidados às crianças. A discussão sobre as orientações técnicas para o acolhimento

infato-juvenil reforçam a importância, para além da capacitação, da necessidade um espaço de orientação e de trocas de experiências e angústias para uma construção coletiva de estratégias de enfrentamento para construir assim autonomia e trazer mais segurança para o exercício da função.

4.4. Programa educativo aplicado em casa de acolhimento

O ECA é um marco na garantia de direitos infanto-juvenil. Ele é formado por um conjunto de leis e embasou a construção de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes (BRASIL, 2019) como proteção e combate a violências e com a criação de instrumentos para atender as vítimas de violência. O art. 88 que diz respeito às diretrizes da política de atendimento teve a inclusão (Lei nº 13.257, de 2016) do inciso X que insere a “realização e divulgação de pesquisas sobre desenvolvimento infantil e sobre prevenção da violência” (BRASIL, 2019).

As autoras Martins e Jorge (2010) trazem outros marcos importantes relacionados à prevenção da violência contra a criança, o primeiro em outubro de 1998, no qual a Sociedade Brasileira de Pediatria inicia a campanha de prevenção de acidentes e violência na infância e adolescência. Outro em 1999, partindo do Ministério da Saúde, focado na prevenção da violência sexual contra mulheres e adolescentes. Em 2001, nesse mesmo caminho, o Ministério da Justiça traçou um Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. As autoras ressaltam que o ECA garante em seu artigo 70 que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente:

Diante do histórico de violência na sociedade desde os primórdios, a prevenção assume vital importância na luta contra a violência infantil, revendo os múltiplos fatores que a determinam, investindo na família e delegando não só ao Estado, mas à sociedade em geral, a tarefa de proteger a criança.

[...], é necessário destacar a importância de se intensificar ações de prevenção, e a necessidade de integração dos diversos segmentos sociais, possibilitando discussões e reflexões entre os diferentes setores que possam culminar em políticas e estratégias preventivas, diagnósticas e terapêuticas, numa ampla rede de apoio social e interinstitucional. (MARTINS; JORGE, 2010, s-p).

Segundo as autoras, e os outros trabalhos que já foram citados, a capacitação de monitoras, educadoras e técnicas se faz necessário. As práticas educativas podem favorecer no desenvolvimento das crianças e auxiliar na manutenção de comportamentos pró-sociais. A capacitação em questão foi baseada em um modelo de treinamento para pais, com o objetivo de desenvolver práticas educativas positivas e com isso gerar diminuição das práticas educativas negativas. A escolha da utilização do programa, inicialmente voltado para pais nas monitoras, por monitoras justifica-se pela capacidade de assumir o papel de educar e cuidar das crianças ali presentes, pois “uma das pesquisas revisadas mostrou a eficácia do acompanhamento de mães substitutas, com quadros de depressão influenciando as práticas educativas adotadas, e os resultados positivos alcançados por essas mães substitutas após passarem por um período de treinamento” (PRADA; WILLIAMS, 2007, on-line).

As pesquisadoras analisam trabalhos semelhantes, feitos em outros países, e observam que, independente da configuração dos programas de capacitação, quando eles abordam uma intervenção sobre práticas negativas os resultados são imediatos e trabalhar com práticas educativas positivas surtiram efeitos positivos. Fica clara a importância do desenvolvimento de programas de intervenção com cuidadores de abrigo que contemplem os temas como: [...]” habilidades parentais, vinculação afetiva, interação positiva entre criança e cuidador, principalmente devido à escassez de publicações pormenorizadas, atrelando a metodologia e a condução da intervenção aos resultados.” (PRADA;WILLIAMS, 2007, on-line). O programa ACT aborda esses temas, e tem demonstrado ser eficaz por ser universal e, além disso, é aplicado em diversos países.

4.5. Programa ACT para educar crianças em ambientes seguros: referência em prevenção à violência

O ACT é um programa parental de prevenção universal à violência praticada contra criança (SILVA; WILLIAMS, 2016). Ele tem se mostrado eficaz na prevenção da violência. A OMS (2018) reconhece o ACT como uma evidência que é possível capacitar pais e cuidadores a respeito de habilidades sociais por meio do grupo. Segundo os dados apresentados pela OMS (2018), o programa, implementado em pelo

menos dez estados dos Estados Unidos, e em diversos países, mostrou-se eficaz em reduzir em até 50% o uso de práticas disciplinares severas:

O programa inclui, além de intervenções sócio-cognitivas (instrução didática, modelagem, *role-playing*), treinamento parental grupal com informações acerca do desenvolvimento da criança, fatores de risco para o desenvolvimento saudável, treino em comunicação e outras habilidades sociais, bem como a resolução de conflitos sem o uso da violência (KNOX et al., 2011 apud SILVA; WILLIAMS, 2016, on-line).

O programa é responsável por treinar não só famílias, mas profissionais acerca de temas importantes sobre desenvolvimento humano saudável, fatores de risco e entre outros assuntos chave. Além disso, enfatiza-se a importância de cuidadores servirem de exemplos positivos ao monitorar e guiar comportamentos sem o uso da violência com estratégias adaptativas. Os responsáveis são ensinados sobre comportamentos infantis apropriados para cada etapa do desenvolvimento.

A *American Psychological Association* (APA) é a responsável pelo desenvolvimento do programa. Segundo Silva (2014), o ACT surgiu com o intuito de traduzir achados da pesquisa em desenvolvimento infantil, violência e ciência preventiva. Motivados pela preocupação com o período crítico no início da infância e o impacto longo e duradouro que a exposição à violência pode ter, se fez necessário o desenvolvimento de uma intervenção abrangente, visto que “o Diretório de Interesse Público da APA tinha como objetivo disseminar para um público mais amplo os achados da Psicologia sobre o desenvolvimento infantil, impacto da mídia sobre as crianças, violência contra a criança e prevenção à violência” (SILVA & RANDALL, 2005 apud SILVA, 2014).

O ACT, para Silva (2014), tem como seu principal objetivo ensinar adultos importantes na vida da criança a servirem de modelos positivos, com uma resolução de conflitos sem violências, regulando a raiva e manejando frustrações. O conhecimento oferecido pelo ACT é baseado em evidências, levando informações importantes sobre a primeira infância e sobre a prevenção da violência. Encorajando, assim, resoluções de conflitos sem violência para o adulto e, conseqüentemente, para as crianças.

Segundo Silva (2014), a noção da aprendizagem do comportamento violento na primeira infância é responsável pelo desenho do programa, visando ensinar para os cuidadores as habilidades necessárias para fornecer um ambiente seguro. Além disso, o programa se baseia também na teoria da Aprendizagem Social de Bandura, que enfatiza que o comportamento agressivo é aprendido a partir da observação do modelo de outros.

Silva (2012) relaciona à eficácia do programa a prevenção da violência com o aumento de informações sobre desenvolvimento infantil, as estratégias de disciplina positiva e manejo da raiva. Silva e Williams (2016) frisam que embora o programa esteja sendo estudado e utilizado em diversas Universidades no Brasil, ainda não há publicações e estudos relativos à eficácia.

5. MÉTODO

A metodologia do presente trabalho é a Revisão Integrativa da Literatura, que é um instrumento da Prática Baseada em Evidências (PBE). Este método permite a reunião de bibliografias de forma ampla para uma análise abrangente de produções sobre o tema escolhido.

A PBE, cuja origem atrelou-se ao trabalho do epidemiologista Archie Cochrane, caracteriza-se por uma abordagem voltada ao cuidado clínico e ao ensino fundamentado no conhecimento e na qualidade da evidência. [...]A revisão integrativa, finalmente, é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular. (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, on-line).

5.1 Tipo de estudo

A fim de investigar o que já foi publicado e os dados do tema no presente trabalho, foi utilizado o método de pesquisa Revisão Integrativa da Literatura (RIL). Ela determina o conhecimento sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto. (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, on-line).

5.2. Procedimentos da Revisão Integrativa da literatura

5.2.1. 1ª fase:

A primeira fase é a definição da pergunta norteadora, que determina quais serão os estudos incluídos, os meios adotados para a identificação e as informações coletadas de cada estudo selecionado (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, on-line).

5.2.2. 2ª fase:

A segunda fase, para o autor, é intrinsecamente relacionada à fase anterior, com uma busca em bases de dados de forma ampla e diversificada de modo que “[...] deve se expor e discutir claramente os critérios de inclusão e exclusão de artigos. Desta forma, a determinação dos critérios deve ser realizada em concordância com a pergunta” (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, on-line). Nesta etapa a pesquisa foi realizada em três plataformas: BVS, PEPSIC E SCIELO. Sobre as bases de dados:

SciELO: O nome da biblioteca eletrônica vem da abreviação de *Scientific Electronic Online* (em português Biblioteca Científica Eletrônica em linha). A plataforma reúne periódicos científicos Brasileiros.

PePSIC: É o portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). Biblioteca virtual em Saúde-Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de psicologia (BVS-Psi ULAPSI) e fruto da parceria entre fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e do Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. (Descrição do próprio portal)

BVS: O serviço da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) do Ministério da Saúde está disponível em meios eletrônicos desde 2011. O portal reúne publicações bibliográficas da área de ciências da Saúde de forma gratuita.

Os descritores selecionados foram: *Prevenção a violência, casa de acolhimento* ou *abrigo*. Houve a necessidade de incluir junto ao critério casa de acolhimento o termo abrigo, pois o primeiro descritor citado é relativamente novo e por isso a busca fica mais rica utilizando a palavra abrigo. Como critérios de inclusão foram selecionados apenas artigos nacionais e de exclusão artigos com mais de 20 anos e teses, dissertações, cartas e artigos teóricos. Artigos que fugiram da temática da pesquisa também foram excluídos.

5.2.3. 3ª fase: Coleta de dados

A terceira fase consiste na coleta de dados. Para isso foi levado em conta os principais conceitos fundamentais. Os artigos selecionados para leitura foram divididos em grupos: artigos que reúnem conhecimentos sobre prevenção e/ou violência/maus tratos a criança; artigos que falem sobre casa de acolhimento; artigos que trazem a

prevenção em casa de acolhimento (abrigo); artigos que abordem a relação entre os trabalhadores de casa de acolhimento e as crianças e adolescentes acolhidos e, por fim, os que abordam políticas públicas. É necessário ressaltar que foi necessário utilizar o termo abrigo para referir à casa de acolhimento institucional, por ser o termo mais utilizado apesar de ultrapassado.

A quarta fase é análise dos dados. Para Souza, Silva e Carvalho (2010) a experiência clínica do pesquisador contribui na apuração da validade dos métodos e dos resultados, além de auxiliá-los na determinação de sua utilidade na prática. A quinta fase, segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), diz respeito à discussão dos resultados, onde comparam-se dados evidenciados na análise dos artigos ao referencial teórico. Identificando lacunas e prioridades para estudos futuros. E por fim, a apresentação da revisão com os dados obtidos.

5.2.4. 4ª fase: Análise de dados

A quarta fase é análise dos dados. Para Souza, Silva e Carvalho (2010) a experiência clínica do pesquisador contribui na apuração da validade dos métodos e dos resultados, além de auxiliá-los na determinação de sua utilidade na prática.

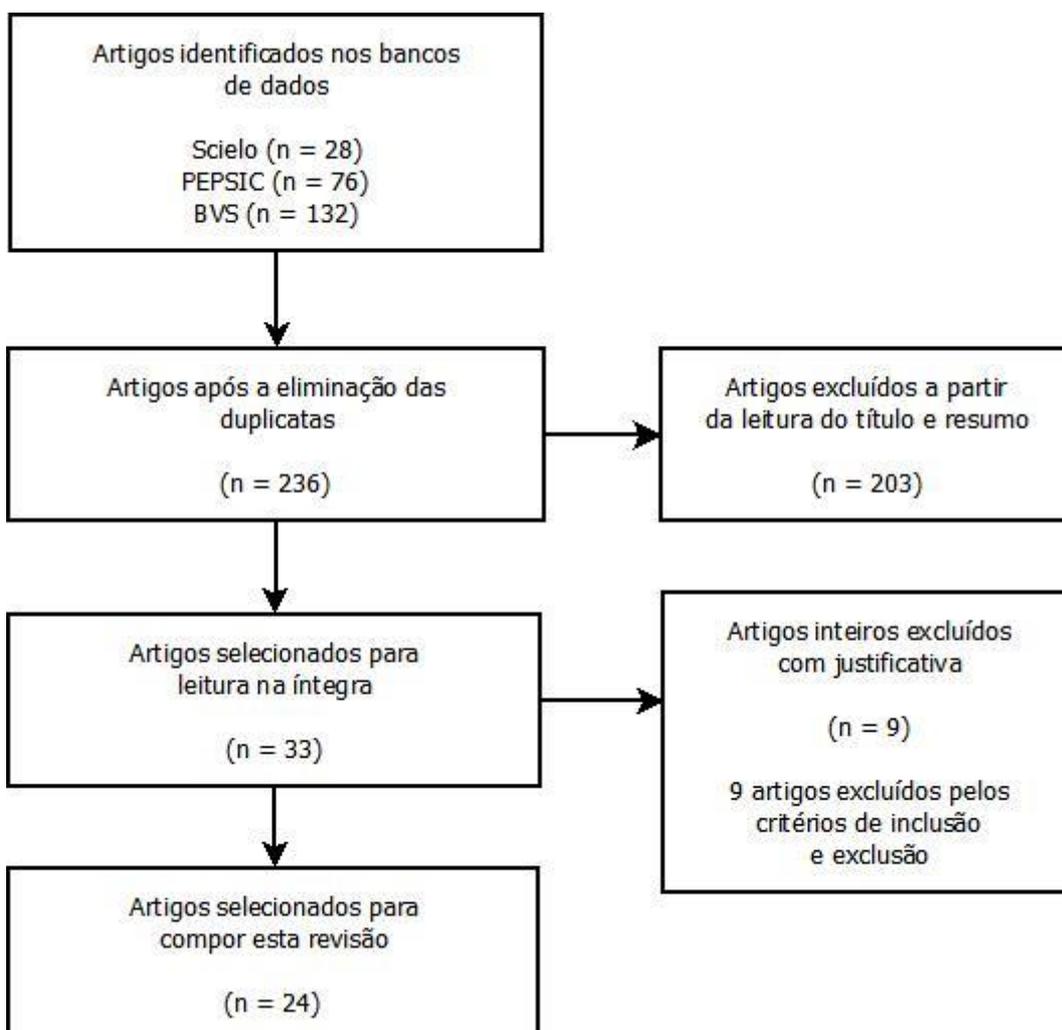
5.2.5. 5ª Fase: Resultados

A quinta fase, segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), diz respeito à discussão dos resultados, na qual comparam-se dados evidenciados na análise dos artigos ao referencial teórico. Identificando lacunas e prioridades para estudos futuros, para seguir a apresentação da revisão com os dados obtidos.

6. RESULTADOS

O resultado obtido através das pesquisas foi à seleção de um total de 236 textos nas três bases de dados, na plataforma SCIELO com um total de 28 , na plataforma PEPsic 76 produções, por último a fim de expandir a busca em indexadores maiores a pesquisa também foi feita na plataforma BVS resultando 132 artigos. Desses artigos 203 foram excluídos durante a seleção por não se adequarem aos critérios de inclusão, além de artigos que fugiram da temática a ser pesquisada. Foram selecionados então 33 artigos para leitura e análise, nesta fase 7 artigos foram excluídos devido aos critérios de exclusão e haviam 2 artigos duplicados totalizando 9 artigos excluídos. A discussão será feita então a partir dos 24 artigos restantes. Como ilustrado no fluxograma abaixo:

FIGURA 2: FLUXOGRAMA DA BUSCA



Os artigos selecionados então foram tabulados de acordo com o ano, tipo de estudo, revista, objetivos e metodologia. A planilha foi anexada abaixo:

TABELA 1 – PRINCIPAIS RESULTADOS

TÍTULO	AUTORIA	ANO	TIPO DE ESTUDO	REVISTA	OBJETIVO	METODOLOGIA
Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes	Arpini	2003	Artigo	Psicol. cienc. prof.	Reflexão sobre a realidade institucional de abrigo para crianças e adolescentes, a partir do relato dos adolescentes sobre suas experiências nas instituições de acolhimento.	Metodologia qualitativa
A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva.	Santos; Costa	2011	Artigo	Estudos de Psicologia	Avaliar o cumprimento das medidas protetivas aplicadas pelo Juiz às crianças e aos adolescentes que foram vítimas de violência sexual.	Pesquisa Exploratória
Educador Social: Imagem e Relações com Crianças em Situação de Acolhimento Institucional	Avoglia; Silva; Mattos	2012	estudo	Rev. Mal-Estar Subj	Identificar a imagem que educadores sociais têm da criança em situação de acolhimento institucional e relacioná-la com as ações	Metodologia qualitativa

					propostas por estes em espaços de convivência institucional.	
Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais.	Barros; Naiff	2015	pesquisa	Estudos e Pesquisas em Psicologia	identificar as representações sociais que educadores de abrigo infanto-juvenil fazem sobre a capacitação, que Barros e Naiff (2015) conceituam como fenômeno do cotidiano dos abrigos prevista nas legislações da área.	Metodologia empírica
Um Olhar Para Capacitação de Educadores(as) de Abrigo de Crianças e Adolescentes.	Barros; Pinheiro	2015	Relato de pesquisa	Revista IGT na Rede,	Refletir sobre como a Gestalt-terapia pode contribuir para a capacitação para educadores (as) neste local.	Metodologia qualitativa
Vivências de exclusão em crianças abrigadas.	Buffa; Teixeira	2010	Artigo	Psicol. teor. prat.	Investigar como a condição de abrigamento perpassa as vivências e relações dessas crianças na escola.	Metodologia qualitativa
Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos	Cavalcante; Magalhães; Pontes	2007	Artigo de pesquisa	Aletheia	Refletir sobre os aspectos particulares dos contextos	Metodologia qualitativa e quantitativa

decisivos para o desenvolvimento.					de desenvolvimento infantil de crianças abrigadas	
Os eixos do cuidado na primeira infância.	Gabeira; Zornig	2013	Pesquisa	Cad. psicanal	analisar a importância de uma ética do cuidado relativa a primeira infância no ambiente institucional	Metodologia qualitativa
O trabalho do cuidado: uma análise psicodinâmica.	Lima	2012	Pesquisa	Psicol., Organ. Trab.,	Investigar as formas de sofrimento e o uso de estratégias defensivas do (a) cuidador (a) social de abrigo de crianças e adolescentes do município de Macaé, no Rio de Janeiro.	Metodologia qualitativa
Crianças à espera de adoção ou em medida protetiva: a inclusão escolar.	Maciel et al.	2017	Estudo empírico descritivo exploratório e transversal	Rev. SPAGESP	Investigar o processo de inclusão escolar de crianças que aguardam a adoção	Metodologia qualitativa
Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada.	Magalhães; Costa; Cavalcante	2011	Pesquisa	Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.	analisar a percepção de cuidadores de abrigo acerca do trabalho desenvolvido por eles e sobre as crianças institucionalizadas.	metodologia quantitativa
Entre efeitos e produções: ECA, abrigos e	Nascimento; Lacaz; Alvarenga	2010	Pesquisa qualitativa	Barbaroi	analisar questões levantadas	metodologia qualitativa

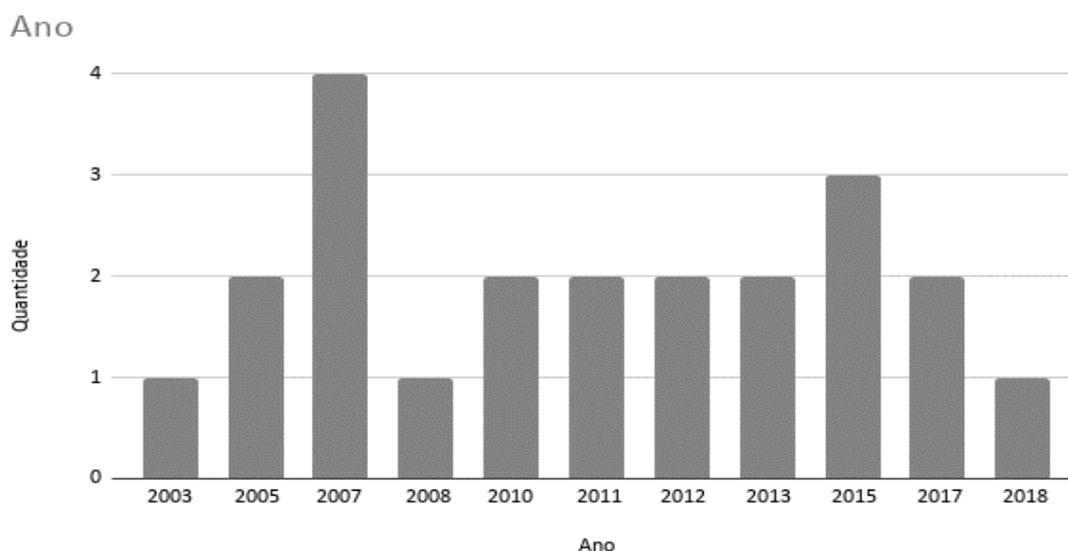
subjetividades.	filho				pela pesquisa "Um outro lugar para a infância: dos complexos de internação aos abrigos para crianças e adolescentes", procurando problematizar as práticas/discursos que atravessam os abrigos	
Mãe social: profissão? função materna?.	Nogueira; costa	2005	Pesquisa	Estilos Clin.	Ao analisar e aprofundar as reflexões acerca da realidade das crianças que se encontram em situação de acolhimento Nogueira e Costa (2005) objetivam compreender a função do cuidador neste contexto.	metodologia qualitativa
Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade.	Oliveira; milnitsky-sapiro	2007		Psicol. cienc. prof.	Analisar as práticas cotidianas e a estrutura física de cada instituição	Metodologia qualitativa
O olhar do agente educador sobre a constituição psíquica de crianças acolhidas.	Omozollo, silva	2018	Artigo	Rev. Subj.	Compreender a constituição psíquica das crianças abrigadas.	Metodologia qualitativa
O significado do abandono para crianças institucionalizadas.	Oriente, Souza	2005		Psicol. rev	Compreender o significado do abandono para crianças institucionalizadas.	Metodologia qualitativa
Efeitos de um Programa de Práticas	Prada; williams	2007	Pesquisa	Rev. bras. ter.	Elaborar e avaliar um	Estudo experimental

Educativas para monitoras de um abrigo infantil.				comport. cogn.	Programa de Treinamento em Práticas Educativas para monitores de abrigos para crianças vítimas de violência doméstica.	
Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes.	Prada; williams; weber,	2007	Pesquisa	Psicol. teor. prat.	Analisar a rotina de funcionamento de abrigos das cidades de Curitiba e Santos Prada, Williams e weber (2007) realizaram entrevistas com dirigentes dessas instituições assim como as crianças inseridas acolhimento institucional.	Metodologia qualitativa
Os vínculos afetivos de adolescentes em acolhimento institucional: permanências, expansão e rupturas.	Romeiro; melchiori	2017	Teorias, pesquisas e estudos de casos	Bol. - Acad. Paul. Psicol.,	Investigar como os vínculos afetivos dos adolescentes acolhidos são mantidos, expandidos e/ou rompidos no contexto da família, do abrigo e da escola.	Metodologia qualitativa e quantitativa
A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de	SILVA et AL	2015	Estudo qualitativo	Estud. psicol	Compreensão da importância da atuação do psicólogo	Metodologia qualitativa

vínculos familiares e comunitários.					no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários com crianças em situação de acolhimento.	
Nova Lei Nacional de Adoção: revisitando as relações entre família e instituição.	Silva; arpini	2013	Pesquisa	Aletheia	Entender a nova Lei Nacional de Adoção para a prática institucional com foco na relação da família e instituição	Estudo de caráter qualitativo
Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo.	Vectore; carvalho	2008	Pesquisa qualitativa	Pesqui. prá. psicossociais	Compreender o universo da criança institucionalizada em abrigo.	Metodologia qualitativa

Em relação ao ano o artigo mais antigo foi publicado em 2003 enquanto o mais atual teve sua publicação em 2018. O ano com mais publicações foi 2007 com quatro publicações.

FIGURA 3: GRÁFICO DE PUBLICAÇÕES POR ANO



Os artigos selecionados foram separados em categorias a fim de encontrar familiaridades e diferenças neles. Eles poderiam estar categorizados em mais de um ponto, já que o objetivo dessa divisão foi auxiliar na construção da discussão e encontrar pontos específicos dos textos. As categorias foram: Artigos que destacassem políticas públicas; que propusessem políticas públicas; que abordassem violências sofridas por crianças institucionalizadas; que falassem da relação cuidador/criança; artigos que trouxessem na conclusão a necessidade de capacitar educadores; e artigos que abordassem a aplicação de prevenção a violência. Foram então selecionados quatro tópicos para discussão que abrangessem todas as categorias: Políticas Públicas; Preconceitos e violências sofridas por crianças institucionalizadas; Capacitação dos cuidados; Programas de práticas educativas para cuidadores.

7. DISCUSSÃO

7.1. Políticas Públicas

O acolhimento institucional como política pública tem sido tema de diversas discussões e produções bibliográficas. Silva *et al* (2015) destacam que as reformulações da legislação contemplam modificações desde princípios que devem nortear a intervenção estatal no que se refere à aplicação das medidas protetivas às crianças e adolescentes; assim como, na redução do tempo de permanência da criança em abrigos, que não poderá exceder a dois anos. Assim, a dinâmica institucional dos serviços de acolhimento ainda necessita ser repensada, para que se rompa efetivamente com o modelo de caráter asilar, massificador e excludente (SILVA *et al*, 2015).

A prática interdisciplinar e multiprofissional são pilares fundamentais dentro das ações em políticas públicas, especialmente no contexto aqui investigado; uma vez que o intercâmbio dialógico entre o psicólogo, assistente social, a "mãe social" e demais integrantes da Rede, podem contribuir, juntos, para um olhar integrativo e sistêmico a fim de somarem forças em benefício das crianças e adolescentes institucionalizados, os quais poderão ser capazes de transformar sua própria história de vida e o meio social em que estão inseridos. . (SILVA *et al*, 2015).

Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) abordam também na sua discussão a importância da construção de políticas públicas. Para os autores com o conhecimento sobre os fatores que podem levar a institucionalização precoce e prolongada e sobre as consequências disso no desenvolvimento infantil demonstram a importância da gestão de políticas públicas para prevenir o afastamento familiar.

Neste artigo, o conhecimento acerca dos motivos que podem levar à experiência da institucionalização precoce e prolongada deixa claro que o debate acerca da importância da convivência familiar para o desenvolvimento infantil não pode se realizar sem a necessária reflexão sobre o conteúdo e a gestão de políticas públicas capazes de fortalecer as famílias em suas competências e promover a preservação dos vínculos sócio-afetivos entre pais e filhos diante de situações adversas, como a pobreza, a desagregação familiar, a violência doméstica e a dependência do álcool e outras drogas. (CAVALCANTE MAGALHÃES; PONTES, 2007, on-line).

Maciel *et al* (2015) ressaltam que os resultados de sua pesquisa podem contribuir para a criação de estratégias que ofereçam suporte às crianças, em uma parceria da instituição de acolhimento com as instituições escolares, de maneira a suprir necessidades emocionais e afetivas importantes, advindas da ruptura das relações

anteriores e da exclusão social que sofrem pelo fato de viverem em uma instituição de acolhimento, visando favorecer um desenvolvimento psíquico e educacional saudável (MACIEL et al., 2015).

Outra produção que traz a importância da criação de um projeto de políticas públicas voltadas para casas de acolhimento institucional é o artigo de Costa, Magalhães, e Cavalcante (2011). Para os autores existem inúmeros aspectos que devem ser repensados ou modificados no interior das instituições de abrigo e que não existe instituição perfeita, que não necessite de aprimoramento. Por essa razão, enfatiza-se a necessidade de elaboração de um projeto político pedagógico que seja capaz de melhorar essa realidade e leve em consideração, dentre outras coisas, as crenças dos educadores sobre o desenvolvimento infantil e seu trabalho no abrigo (COSTA; MAGALHÃES; CAVALCANTE, 2011).

Um aspecto que pode ter relação com a necessidade de políticas públicas e que é extremamente importante e foi ressaltado por Costa, Magalhães, e Cavalcante (2011) é que estudos recentes sobre o perfil da população de crianças e adolescentes que povoam as instituições de abrigo no Brasil indicam que a pobreza continua a se constituir em motivo (por vezes, o único ou o mais relevante) para a privação do convívio com a família (COSTA; MAGALHÃES; CAVALCANTE, 2011). Levando em conta esta informação, políticas públicas precisam ser desenvolvidas para evitar um acolhimento desnecessário. A institucionalização das crianças deve ser o último recurso utilizado já que também possui desdobramentos negativos no desenvolvimento infanto-juvenil.

Oliveira e Milnitski-Sapiro (2007) assim como Costa, Magalhães e Cavalcante (2011) reconhecem a problemática da institucionalização da pobreza. Uma das questões que perpassa e interfere intimamente o processo de abrigo é a questão das políticas públicas voltadas para a infância e para a juventude. De acordo com inúmeros teóricos, dentre eles Sposito (2003), Abramo (1997) e Pais (1993), a ausência de maior envolvimento do governo federal e estadual para com a população juvenil e sua família contribui sobremaneira para a acentuada cronificação de um processo histórico de abandono e, em consequência, de institucionalização da pobreza (OLIVEIRA; MILNITSKY-SAPIRO, 2007).

Ainda em relação a políticas públicas Oliveira e Milnitski-Sapiro (2007) abordam a problemática da ausência destas em relação ao desligamento institucional que ocorre quando os adolescentes atingem a maior idade. Normalmente, a medida de abrigo tem o seu fim no momento do desligamento de um adolescente. As normas institucionais precisam ser revisadas por seus atores na medida em que priorizam “o desligamento” como

elemento principal da institucionalização. Mesmo quando – e isso é o que infelizmente acontece, na grande maioria das vezes – os adolescentes não possuem um lugar para ir e deverão deixar para trás, mais uma vez, uma vida, uma história - que muitas vezes já estava sendo (a duras penas) ressignificada.

Uma das sugestões oferecidas por alguns técnicos para esse dilema é uma forma de continuação do atendimento através de parcerias com outras secretarias – como o Demhab, por exemplo – nas quais se poderia tentar garantir a continuação do trabalho. É imperativo que se adote uma postura de maior clareza frente às definições de papéis, funções e valores de instituições de abrigo, pois só então a sociedade, através dessas instituições, poderá cumprir uma função realmente organizadora (LEVISKY, 2005). Do contrário, continuaremos a observar a triste situação de crianças e adolescentes como agentes e vítimas desse processo. Para alcançar essa meta básica, um ponto é fundamental – existência de uma “metodologia que respeite a importância dos vínculos afetivos e não apenas faça uso de um discurso de aparência e conveniências, mas que conduza a um encontro sincero, realista e de esperança...” (OLIVEIRA; MILNITSKY-SAPIRO, 2007, on-line).

Silva e Arpini (2013) trouxeram contribuições importantes acerca da nova Lei Nacional de Adoção. Frisando o quanto esta potencializa o ECA já que trabalha a família no período de acolhimento, auxiliando que a medida seja de caráter breve e facilitando o retorno da criança e adolescente a sua casa. Além disso, os autores destacam políticas públicas que podem prevenir o acolhimento, como ações que tem foco em apoio à família, por exemplo, a Estratégia de Saúde da Família (ESF), Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS).

[...]Assim, destaca-se ainda que uma família que recebe apoio pode ser capaz de cuidar melhor de seus filhos, assegurando a eles o direito fundamental que é o da convivência familiar e comunitária, estes já contemplados pela legislação brasileira. (MARICONDI, 2006).

No entanto, é importante destacar que há necessidade de um maior fortalecimento e investimento nas políticas de atenção às famílias, com vistas a superar as fragilidades que ainda se encontram presentes nesse cenário. O lugar político e social que as crianças e os adolescentes recebem em cada país, denota a qualidade de investimento que receberão do Estado (CASAS; MONTSERRAT, 2012), certamente um fator importante nesse contexto.(SILVA; ARPINI, 2013).

A colocação de Vectore e Carvalho (2008) auxilia na discussão de diversos fatores que perpassam o acolhimento e a necessidade de criação e manutenção das políticas públicas

implicadas neste aspecto. Apesar de ter sido publicado antes da nova lei de adoção e outras conquistas no campo da proteção contra a criança e adolescentes, os autores trazem pontos que ainda são atuais e precisam ser discutidos.

Assim, situações que envolvem o histórico das crianças, políticas públicas de apoio à família de origem, o abandono das crianças por famílias aparentemente desinteressadas, a institucionalização, relações que devem ser preservadas frente à importância dos vínculos afetivos, se existe incoerência ou parcialidade nas decisões de suspensão das visitas, a importância da formação de pessoal para trabalhar com as crianças, as rupturas dos vínculos no interior da instituição, a forma como tem sido trabalhado o processo de adoção, que permite a devolução da criança, com alegações de ‘mau comportamento’, as atitudes frente às relações construídas no espaço institucional, as atitudes com relação as dificuldades enfrentadas seja no desenvolvimento ou na aprendizagem dos abrigados, e mais uma gama de situações implícitas no cotidiano da instituição merecem pesquisas contínuas que possam originar políticas efetivas e eficientes de proteção à infância, assegurando, acima de tudo, a dignidade da criança frente à liberdade de exercer sua própria voz, geralmente abafada pela massificação do contexto. (VECTORE; CARVALHO, 2008)

Uma contribuição de Peixoto, Gonçalves e Rozario (2019) discute uma possibilidade de ação ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Os pesquisadores trazem como os prejuízos da violência podem ser minimizados com o cuidado e atenção profissional e que para isso é importante o investimento em políticas públicas protetivas que visem à prevenção da violência e dos efeitos desta. Além disso, o fortalecimento da rede de apoio que envolve o acolhimento institucional, tal ação pode servir como um fator de proteção ao desenvolvimento infantojuvenil.

7.2. Preconceitos e violências sofridas por crianças institucionalizadas:

Investigar como a condição de abrigamento perpassa as vivências e relações dessas crianças na escola foi o objetivo de Buffa, Teixeira e Rossetti-Ferreira (2010). A partir dos resultados obtidos os autores obtiveram informações sobre exclusão e bullying sofridos pelos acolhidos. Os profissionais do abrigo entrevistados para a pesquisa relataram que as crianças são excluídas por serem acolhidas na instituição e que existe um forte estigma em relação a casa de acolhimento onde há uma atribuição de fracasso ao local.

Buffa, Teixeira e Rossetti-Ferreira (2010) sinalizam que a casa de acolhimento não está isenta de responsabilidade em relação à exclusão das crianças por não ter um

papel mais atuante em desconstruir os preconceitos junto à escola. A construção do trabalho em rede tem se demonstrado importante para um melhor atendimento das crianças acolhidas, nesta situação específica trazida pelas autoras poderia ser feita uma atuação neste sentido, fortalecendo assim a relação escola e casa de acolhimento.

Os efeitos da institucionalização prolongada trazem se assemelham a consequências de violência no desenvolvimento infantil, levantando o questionamento, então, se isso também não seria uma violência Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) em sua pesquisa abordam as consequências do acolhimento prolongado. Parte-se do entendimento de que nos casos em que a criança permanece sob o cuidado exclusivo de uma instituição de abrigo, não apenas fatores contextuais da família de origem influenciam a sua trajetória desenvolvimental (condição sócio-econômica, composição familiar), mas também a exposição a um padrão de cuidado pouco estável e muito impessoal no ambiente institucional pode se constituir em um campo fértil para a propagação de doenças infecto-contagiosas, déficits cognitivos, estados depressivos e distúrbios diversos no desenvolvimento. (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007)

A pesquisa de Maciel *et al* (2017) também aborda a vivência de crianças acolhidas na escola discutindo o processo de inclusão escolar da criança à espera de adoção ou em proteção judicial. Os autores trouxeram através da entrevista com as cuidadoras que as crianças acolhidas são vítimas de discriminação e rotulação no ambiente escolar e na comunidade. As crianças são estigmatizadas, segundo as cuidadoras, como problemáticas na escola.

[...] A tentativa de combate à possibilidade de discriminação é feita com a participação ativa das profissionais na promoção do desenvolvimento escolar, buscando manter a escola ciente do funcionamento da instituição e da vida das crianças, e construindo uma relação que vise maior atenção e cuidado ao modo como a criança é vista ali. Ademais, oferecem acolhimento, suporte emocional e orientação às crianças que passam por episódios de constrangimento ou discriminação no ambiente escolar. (MACIEL *et al*, 2017, on-line)

As autoras, no entanto, trouxeram que durante a entrevista as crianças tiveram um relato diferente. Elas não descreveram ter experiências negativas relacionadas a equipe pedagógica da escola, mas apresentaram queixas em relação aos funcionários da instituição de acolhimento, relatando beliscões quando fazem “bagunça”.

Sobre o fato de as crianças não terem apresentado reclamações em relação aos funcionários das escolas, mas sim sobre os funcionários da instituição, alguns pontos devem ser considerados. As responsabilidades, as funções e o tempo maior despendido aos cuidados da criança pela instituição, em relação aos cuidados que são esperados e de responsabilidade da escola, mostram que existe a possibilidade de as crianças verem aquela não só como responsável por elas, mas também por tê-las afastado da família, uma vez que se propõe a assumir em parte o papel da família. Além disso, a instituição é vista pela criança como local associado ao juiz, às leis e à polícia, em razão do modo como nela muitas chegaram, qual seja, trazidas por alguma autoridade. (MACIEL *et al*, 2017)

Maciel *et al* (2017) abordam também os impactos da institucionalização no desenvolvimento das crianças abrigadas. Os autores discutem a importância de condições favoráveis para o desenvolvimento infantil e ressaltam que os convívios restritos com os profissionais da casa de acolhimento assim como as rotinas rígidas podem comprometer o desenvolvimento sadio. É importante também que a criança saiba sobre sua história familiar e se possível ainda tenha um convívio com membros da sua família.

Preservar a individualidade de qualquer ser humano é imprescindível para que ele se reconheça como uma pessoa única entre milhares de outras. O desenvolvimento da percepção de si de uma criança só acontece se ela puder fazer escolhas, por pequenas que forem, vivenciar múltiplas experiências, testar suas habilidades, descobrir suas preferências, ou seja, viver com um certo nível de autonomia. (PRADA; WILLIAMS; WEBER, 2007)

Prada, Williams e Weber (2007) discutem como o funcionamento institucional do abrigo impossibilita um espaço para que a criança e adolescente exerçam a sua individualidade. Sendo que este exercício é o que possibilita o desenvolvimento autônomo para que o indivíduo abrigado possa se tornar um adulto saudável e capaz de ter uma vida independente.

7.3. Capacitação dos cuidados

Tendo o objetivo de identificar as representações sociais que educadores de abrigo infanto-juvenil fazem sobre a capacitação, que Barros e Naiff (2015) conceituam como fenômeno do cotidiano dos abrigos prevista nas legislações da área. As autoras ressaltam que capacitar é uma forma de qualificação dos educadores que é oferecida de diversas maneiras, mas que muitas vezes se apresenta descontextualizadas das principais demandas da atuação desses trabalhadores.

A relação entre educador e criança/adolescente tem sido destacada como sendo fundamental para um atendimento de qualidade. Essa relação deve estar pautada em segurança, acolhida e ser suportiva, tendo em vista que se trata de crianças/adolescentes que tiveram seus vínculos, com pessoas significativas, rompidos (GRAJEW, 2012). Elage et al. (2011) já sinalizaram o fato de que os educadores ocupam-se com suas tarefas rotineiras e não conseguiram compreender que a dimensão educativa desenvolve-se na relação. [...] Nesse sentido, a capacitação e a formação continuada devem sempre ser tratadas como medidas de excelência no aprimoramento dos profissionais. As representações sociais positivadas que os educadores apresentaram sobre capacitação sugerem que não há uma rejeição por esse tipo de treinamento no trabalho. No entanto, a forma como vem sendo oferecida ainda não contempla suas necessidades. Esse entendimento pode contribuir para a elaboração de metodologias de capacitação que, sem desprezar as sugestões advindas dos documentos governamentais e das publicações significativas da área, possam ratificar as demandas dos educadores (BARROS; NAIFF, 2015).

Barros e Pinheiro (2015) trouxeram um exemplo de Programa de capacitação para educadores as de abrigo de crianças e adolescentes fundamentado a partir da Gestalt-terapia. Em relação a importância da capacitação continuada as autoras afirmam que a capacitação com o caráter de continuidade ampliam as chances de integração entre projetos e ações com o público do abrigo. Além disso, a aprendizagem leva a um desenvolvimento pessoal e profissional.

Buffa, Teixeira; Rossetti-Ferreira (2010) também participam desta discussão em relação a capacitação e trazem que existe a necessidade de qualificar os profissionais dos abrigos e das escolas, no sentido de desconstruir preconceitos existentes e também para evitar a exclusão à criança abrigada.

Nota-se, aliás, todo um movimento no país no sentido de melhorar a qualidade do atendimento nos abrigos, diminuindo o tempo de permanência de crianças e adolescentes neles abrigados e tornando-os mais adequados a seu desenvolvimento atual e futuro (BUFFA; TEIXEIRA; ROSSETTI-FERREIRA, 2010). Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) trazem em seu artigo uma discussão e investigação sobre a institucionalização precoce e prolongada de crianças e seus efeitos. Como resultado puderam constatar que esta prática de institucionalização ainda é frequente e por isso seria importante o conhecimento acerca das condições gerais do acolhimento prolongado.

A criança em situação de institucionalização se relaciona com diversos tipos de profissionais, podendo esta relação ser direta ou não, como conselheiros tutelares, educadores, juízes, promotores e entre outros. Mas os profissionais responsáveis pelo

cuidado diário tendem a se transformar adultos de referência, o que faz crescer a importância do investimento em sua capacitação continuada. Instrumentos de prevenção a violência contra criança e adolescência tem como características abordarem o desenvolvimento humano, práticas parentais e resolução de conflitos a aplicação deles pode servir também como forma de aprimoramento aumentando a qualidade do cuidado ofertado.

[...]Conclui-se que quanto maior o nível de conhecimento e atenção com as condições gerais do encaminhamento, acolhimento e cuidado em ambiente de abrigo, bem maiores podem ser as chances da prevenção dos fatores de risco para o desenvolvimento infantil, como tem sido considerada a institucionalização precoce e prolongada de crianças(CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007, p.32).

Com o objetivo de analisar a importância de uma ética do cuidado relativa a primeira infância no ambiente institucional Gabeira e Zornig (2013) desenvolveram uma pesquisa qualitativa. O estudo foi ambientado em uma creche/abrigo com bebês entre 6 a 18 meses de idade e contou com a observação da interação bebê-agente de cuidado. As autoras relatam transformações na relação das cuidadoras com os bebês com o passar do tempo por influência da presença e intervenções destas.

Através de reflexões e esclarecimentos acerca dos processos de desenvolvimento dos bebês e de suas próprias posturas, foi possível construir em conjunto um sentido para seu trabalho diário. Essa co-construção – elemento essencial na narratividade – favoreceu o trabalho das profissionais e enriqueceu suas experiências com os bebês. No entanto, apesar das mudanças significativas no cuidado com os bebês, reconhecemos que a presença dos pesquisadores possibilitou um investimento da função profissional que precisaria ser mantido na vida institucional para propiciar uma continuidade de cuidados entre a instituição e seus agentes de cuidado e entre os agentes de cuidado e os bebês e suas famílias. (GABEIRA; ZORNIG, 2013).

Magalhães, Costa e Cavalcante (2011), assim como os autores citados acima, abordam a necessidade de investimento na formação e capacitação continuada dos profissionais que assumem cargos de educadores sociais. Os autores acreditam que tais ações podem influenciar positivamente nos cuidados investidos nas crianças em acolhimento. Ressaltam, ainda que, as orientações técnicas sobre acolhimento infanto-juvenil reforçam a necessidade do educador ter uma qualificação para desempenhar seu papel com autonomia e para assumir um papel de referência para os acolhidos.

Entende-se que essas medidas tornam-se necessárias, visto que as crenças e práticas dos educadores exercem influência para o desenvolvimento da criança e seus padrões de comportamento. Do ponto de vista das educadoras, a forma como percebem e interagem com a criança no dia-a-dia exerce influência sobre os aspectos decisivos da sua trajetória desenvolvimental(MAGALHÃES; COSTA; CAVALCANTE, 2011).

Nogueira e Costa (2005) também reforçam a necessidade de uma qualificação para funcionários responsáveis pelo cuidado da criança em acolhimento institucional. As autoras que tinham como tema de pesquisa a função da mãe social e reconhecem que não existe uma qualificação ou treinamento em relação ao cargo e que algumas mães sociais são contratadas apenas pelo fato de possuírem filhos.

Finalmente, o que pudemos constatar é que o exercício da função de cuidar das crianças não tem uma perspectiva profissional porque a mãe social não recebe treinamento nem qualificação para tal. Se ela demonstra alguma habilidade é porque tem filhos biológicos e talvez por isso mesmo seja contratada. Por outro lado, a função de cuidado também não é percebida como função materna, porque a mãe social não se coloca como mãe, não se dispendo a privilegiar os contatos afetivos com as crianças. A mãe social é uma empregada da instituição e busca cumprir com suas obrigações como tal.

Nesse sentido, como afirma Pereira (2003), é somente a partir da capacitação profissional que as mães sociais poderão assumir posição de maior autonomia na educação da criança e do adolescente, sendo reconhecidas como figuras de referência, tanto para a criança, como com relação aos conhecimentos que têm sobre ela.(NOGUEIRA; COSTA, 2005)

Assim como Nogueira e Costa (2005), Vectore e Carvalho (2008) apresentam que a formação profissional das mães sociais não é critério de admissão no contrato, o que influencia nos cuidados ofertados para o público infanto-juvenil institucionalizado. Os autores relatam que é priorizado gostar de crianças, o que pode não ser um referencial tão assertivo por se tratar de uma função tão delicada.

7.4. Programa de Práticas Educativas para cuidadores

Apenas um artigo foi encontrado sobre um programa de práticas educativas para monitoras que foi o estudo desenvolvido por Prada e Williams (2007). Ele teve como objetivo elaborar e avaliar um Programa de Treinamento em Práticas Educativas para monitores de abrigos para crianças vítimas de violência doméstica. O *Programa de Práticas Educativas* foi baseado em outros programas desenvolvidos para pais, como

Marinho (1999 *apud* PRADA; WILLIAMS, 2007). Composto por 12 sessões com os seguintes temas:

1) Saber observar uma criança; 2) Comportamento adequado e importância do reforço; 3) Dificuldades em reforçar o comportamento adequado; 4) Comportamento inadequado – atenção diferencial; 5) Comportamento inadequado – mantido por atenção; 6) Dificuldades em ignorar o comportamento inadequado; 7) As regras; 8) As consequências; 9) Punição física e outras formas de violência; 10 e 11) Análise funcional; 12) Sexualidade infantil (escolhido pelas participantes).

A aplicação ocorreu em 12 sessões, descritas desta forma pelas autoras:

As sessões tinham duração de 90 minutos e eram semanais. A pesquisadora se reunia com o grupo de monitoras (dividido em dois) em horários diferentes, porém no mesmo dia. Era exposto o conteúdo programado para a sessão, pela pesquisadora, e em seguida, eram feitas atividades de discussão, recortes, dramatizações, entre outras. Ao final de cada sessão, era solicitada uma tarefa para ser realizada durante a semana, a qual compreendia a observação dos comportamentos infantis e dos registros dos próprios comportamentos e das contingências envolvidas. (PRADA; WILLIAMS, 2007, on-line)

O programa desenvolvido aborda temáticas importantes que auxiliam a prevenção a violência. Prada e Williams (2007) trazem como referência o estudo de Weissman (2004) para discutir a necessidade de treinamento de cuidadores profissionais de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.

Numa pesquisa realizada em dois abrigos em Curitiba, Prada (2002) constatou que as práticas educativas pautadas na coerção e até mesmo na punição física eram constantes, reforçando a premissa de que a violência doméstica ainda é repetida em algumas instituições, com todas as implicações que isso causa. Estes casos podem ser prevenidos com atenção ao desenvolvimento de práticas educativas utilizadas por monitoras de abrigo. (PRADA; WILLIAMS, 2007).

As autoras obtiveram resultados positivos em sua pesquisa, puderam constatar mudanças nos padrões de interação entre as monitoras e as crianças. Prada e Williams (2007) atribuem essas transformações à diminuição das práticas educativas negativas e ao fortalecimento das positivas. Ressaltaram também a possibilidade do programa ser desenvolvido no ambiente institucional pelos próprios técnicos da instituição, ou estagiários o que auxiliaria na diminuição de custos.

Outra proposta de programa que também seria de baixo custo para a instituição é o ACT- *Raising Safe Kids* programa da APA, que já foi citado anteriormente. [...] Trata-se de um Programa parental de prevenção universal à violência praticada contra crianças, baseado em evidências, que objetiva interações adaptativas (ou seja, sem uso de violência) entre pais e crianças, reduzindo e prevenindo problemas de conduta e contribuindo para a diminuição da expressão de comportamentos externalizantes em crianças. (JULIA, 2011 *apud* PEIXOTO *et al*, 2020)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as contribuições sobre prevenção a violência/práticas de cuidado positivas de pesquisas dentro do campo do acolhimento institucional infantil. Buscou-se compreender se as relações dentro da instituição possuem um caráter protetivo e como torná-lo ainda mais seguro para as crianças e adolescentes vítimas de violência e como prevenir a ocorrência de violência dentro da casa de acolhimento. Através da Revisão Integrativa da Literatura foram colhidas produções científicas relacionadas ao tema.

A partir desta análise foi possível identificar a necessidade de capacitação contínua para os profissionais responsáveis pelo cuidado nas casas de acolhimento infantil, como foi trazido por: Barros e Naiff (2015) Barros e Pinheiro (2015); Buffa, Teixeira e Rossetti-Ferreira (2010); Maciel et al (2017); Nogueira e Costa (2005); Vectore e Carvalho (2008) . As produções analisadas frequentemente eram atravessadas por esta demanda. Apesar de não abordarem o termo de prevenção a violência a capacitação proposta por diversos artigos teriam como efeito esta prevenção. O que justificaria o não uso deste conceito de forma explícita seria este campo de estudo ser relativamente novo e as produções sobre prevenção a violência no território nacional estarem mais voltadas para a violência doméstica contra mulheres adultas.

Como foi dito por Vectore e Carvalho (2008), “difícil não sofrer com o sofrimento das crianças”, está frase traduz toda a mobilização que pode ser desperta por este campo de pesquisa e atuação. O que pode ser feito, então, se resume em luta, busca por mais políticas públicas. Capacitar os (as) técnicos (as), mães sociais e educadores é, além de tudo, cuidar da saúde mental destes profissionais e garantir um acolhimento com a totalidade que o acolher representa. Programas de Prevenção a violência como o ACT possuem grande potencial em instituições como essas, por serem de baixo custo e abrangerem a proteção a infância de forma integral.

Entre as limitações do trabalho estão à quantidade de pesquisa feita com as palavras chaves a primeira busca do trabalho resultou em muitas bibliografias e por isso optou-se em fazer a discussão em cima desses artigos encontrados o que pode ter limitado a discussão. Outro fator limitador do trabalho foi à busca ser apenas com artigos nacionais, visto que em outros países podem ter sido desenvolvidos programas de prevenção específicos para casas de acolhimento.

O presente trabalho demonstra a necessidade de produções específicas sobre a aplicação de políticas públicas e programas de prevenção a violência contra crianças e adolescentes e trabalhos protetivos neste sentido em casas de acolhimento institucional. Conjectura-se que os resultados do trabalho possam contribuir para o campo da prevenção a violência, pois aponta a necessidade de trabalhos voltados à proteção integral das crianças acolhidas e como sugestão a aplicação do programa *ACT-raising safe kids* para o enfrentamento da violência e construção de um ambiente seguro para todas as crianças e adolescentes acolhidos.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARPINI, Dorian Mônica. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 23, n. 1, p. 70-75, Mar. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100010&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 11 Nov. 2020.

AVOGLIA, Hilda Rosa Capelão; SILVA, Andreia Maria da; MATTOS, Pammela Makarowits de. Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. **Rev. Mal-Estar Subj**, Fortaleza , v. 12, n. 1-2, p. 265-292, jun. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 nov. 2020.

BARROS, Nilma Soares; NAIFF, Luciene Alves Miguez. Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 240-259, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v15n1/v15n1a14.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BARRROS, Nilma Sorares, PINHEIRO, Márcia Estarque - Um olhar para Capacitação de Educadores(as) de Abrigo de Crianças e Adolescentes. **Revista IGT na Rede**, v. 12, nº 23, 2015. p. 389 – 423. Disponível em <<http://www.igt.psc.br/ojs>> . Acesso em: 14 nov. 2020

BERGAMO, Lilian Paula Degobbi; BAZON, Marina Rezende. Experiências infantis e risco de abuso físico: mecanismos envolvidos na repetição da violência. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 24, n. 4, p. 710-719, 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722011000400011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 nov. 2019.

BRASIL. [Constituição (1990)]. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Brasília: [s. n.], 2019.

BROFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do Desenvolvimento Humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2012. 301 p.

BUFFA, Carolina Gobato; TEIXEIRA, Sueli Cristina de Pauli; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Vivências de exclusão em crianças abrigadas. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 12, n. 2, p. 17-34, fev. 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 nov. 2020

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; CORREA, Laiane Da Silva. Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 42, n. 146, p. 494-517, ago. 2012 .

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHAES, Celina Maria Colino; PONTES, Fernando Augusto Ramos. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza , v. 7, n. 2, p. 329-352, set. 2007 .

Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200006&lng=pt&nrm=iso

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHAES, Celina Maria Colino; PONTES, Fernando Augusto Ramos. Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. **Aletheia**, Canoas , n. 25, p. 20-34, jun. 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942007000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 nov. 2020.

CRUZ, Edson Junior Silva da; DIAS, Greicyani Brarymi; PEDROSO, Janari da Silva. Estudo do "Ages and Stages Questionnaires" com cuidadores de crianças institucionalizadas. **Psico-USF**, Itatiba , v. 19, n. 3, p. 411-420, dez. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712014000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2019.

GABATZ, Ruth Irmgard Bärtschi et al .TEORIA DO APEGO, INTERACIONISMO SIMBÓLICO E TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS: ARTICULANDO REFERENCIAIS PARA A PESQUISA. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 26, n. 4, e1940017, 2017 ..

GABEIRA, Tami Reis; ZORNIG, Silvia Abu-Jamra. Os eixos do cuidado na primeira infância. **Cad. psicanal.**, Rio de Janeiro , v. 35, n. 29, p. 143-158, dez. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952013000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 nov. 2020.

LIMA, Suzana Canez da Cruz. O trabalho do cuidado: uma análise psicodinâmica. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis , v. 12, n. 2, p. 203-215, ago. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000200006&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 16 nov. 2020

MACIEL, Rafaela de Fátima Moraes et al . Crianças à espera de adoção ou em medida protetiva: a inclusão escolar. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 18, n. 1, p. 63-79, 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 nov. 2020

MAGALHAES, Celina Maria Colino; COSTA, Lígia Negrão; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. **Rev. bras. crescimentodesenvolv. hum.**, São Paulo , v. 21, n. 3, p. 818-831, 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000300008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2019

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Maus-tratos infantis: um resgate da história e das políticas de proteção. **Acta paul. enferm.**, São Paulo , v. 23, n. 3, p. 417-422, jun. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002010000300018&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 nov. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife , v. 1, n. 2, p. 91-102, Aug. 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292001000200002&lng=en&nrm=iso>.

MORE, Carmen LeontinaOjedaOcampo; SPERANCETTA, Andressa. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. **Psicol. Soc.**, Florianópolis , v. 22, n. 3, p. 519-528, dez. 2010 .

NASCIMENTO, Maria Livia do; LACAZ, Alessandra Speranza; ALVARENGA FILHO, José Rodrigues de. Entre efeitos e produções: ECA, abrigos e subjetividades. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul , n. 33, p. 50-64, dez. 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782010000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 nov. 2020.

NOGUEIRA, Paula Cristina; COSTA, Liana Fortunato. Mãe social: profissão? função materna?. **Estilos clin.**, São Paulo , v. 10, n. 19, p. 162-181, dez. 2005 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282005000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 nov. 2020

OLIVEIRA, Ana Paula Granzotto de; MILNITSKY-SAPIRO, Clary. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 27, n. 4, p. 623-635, Dec. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000400005&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Nov. 2020.

OMS, Organização Mundial da Saúde. Inspire: sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças. **Núcleo de Estudos da Violência**

ORIONTE, Ivana; SOUZA, Sônia Margarida Gomes. O significado do abandono para crianças institucionalizadas. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 11, n. 17, p. 29-46, jun. 2005 . Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682005000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 nov. 2020.

PRADA, Cynthia Granja; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Efeitos de um Programa de Práticas Educativas para monitoras de um abrigo infantil. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo , v. 9, n. 1, p. 63-80, jun. 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452007000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 nov. 2020.

PRADA, Cynthia Granja; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque; WEBER, Lídia Natália Dobrianskyj. Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 9, n. 2, p. 14-25, dez. 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872007000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 nov. 2020.

PEIXOTO, Ana Cláudia Azevedo *et al.* INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLÊNCIA E ACOMPANHAMENTO DOS FAMILIARES E CUDADORES:: uma proposta em terapia cognitivo-comportamental e terapia do esquema. In: PEIXOTO, Ana Cláudia de Azevedo; VICENTE, Carla Cristine; ROCINHOLI, Luciene de Fátima (org.). **Práticas na formação em psicologia**: supervisão, casos clínicos e atuações diversas. Curitiba: Appris, 2020. Cap. 10. p. 195-211.

PEIXOTO, Ana Cláudia Azevedo; GONÇALVES, Silvia Maria Melo; ROZARIO, Gian Fonseca do. Intervenção Interdisciplinar com crianças e adolescentes institucionalizados. In: FARIAS, Ana Karina C. R. de (org.). **Ciências da Saúde**: o trabalho de equipes multiprofissionais em diferentes contextos. [S.I.]: Juruá Editora, 2019. Cap. 6. p. 116-137

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto; CASSEPP-BORGES, Vicente; SANTOS, Janielly Gonçalves dos. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 2, p. 124-131, jun. 2015 .

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000200124&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 nov. 2019.

ROMEIRO, Joyce Borges; MELCHIORI, Lígia Ebner. Os vínculos afetivos de adolescentes em acolhimento institucional: permanências, expansão e rupturas. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo , v. 37, n. 93, p. 186-205, jul. 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2017000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 nov. 2020.

ROZARIO, Gian Fonseca do. **A EQUIPE TÉCNICA NOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.** Orientador: Profa. Dra. Sílvia Maria Melo Gonçalves. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - UFRRJ, [S. l.], 2016.

SANTOS, Viviane Amaral dos; COSTA, Liana Fortunato. A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas , v. 28, n. 4, p. 529-537, Dec. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000400013&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Nov. 2020

SILVA, Jéssica de Assis. **ACT: Uma possibilidade de Prevenção Universal à Violência contra a criança.** Orientador: Lúcia Cavalcante de Albuquerque Willians. 2013. Dissertação (Mestre em Psicologia) - UFSCAR, [S. l.], 2014

SILVA, Jéssica de Assis; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Um Estudo de caso com o programa parental ACT para educar crianças em ambientes seguros. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 24, n. 2, p. 743-755, jun. 2016 .

SILVA, Milena Leite; ARPINI, Dorian Mônica. Nova Lei Nacional de Adoção: revisitando as relações entre família e instituição. **Aletheia**, Canoas , n. 40, p. 43-57, abr. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 nov. 2020.

SILVA, Christie Dinon Lourenço da et al . A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 10, n. 1, p. 55-65, jun. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 nov. 2020.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre , v. 18, n. 1, p. 71-80, Apr. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100010&lng=en&nrm=iso>. accesson 24 Nov. 2019.

TÓMAS, Débora Nogueira; VECTORE, Célia. Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. **Psicol. Cien. Prof.**, Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-660759>. Acesso em: 26 nov. 2019

TRIVELLATO, Aline Jacob; CARVALHO, Cíntia; VECTORE, Celia. Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá , v. 17, n. 2, p. 299-307, Dec. 2013 .

VECTORE, Célia; CARVALHO, Cíntia. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas , v. 12, n. 2, p. 441-449, Dec. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200015&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Nov. 2020.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza et al . Relatos de gestores da Assistência Social, Educação e Segurança Pública sobre o enfrentamento da violência. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 3, p. 231-238, set. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000300231&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 nov. 2019.